

REGULAMENTO DO

EB BIP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ nº 42.272.999/0001-78

17 de junho de 2025

SUMÁRIO

I. DOS FATORES DE RISCO	11
Riscos de se investir em fundos de investimentos em participações:	11
Riscos relacionados à Sociedade Investida e setor de atuação da Sociedade Investida:	14
Riscos relacionados à responsabilidade dos Cotistas:	17
II. DO FUNDO	17
Das Características do FUNDO	17
Público-Alvo	17
Prazo de Duração	17
<i>Responsabilidade dos prestadores de serviços</i>	18
III. DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	18
Objetivo do FUNDO	18
Participação no processo decisório da Sociedade Investida	19
Operações com o ADMINISTRADOR, GESTOR ou Cotistas	20
Requisitos de governança corporativa da Sociedade Investida	20
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs	21
Gestão de Caixa do FUNDO	21
Operações com Derivativos	21
Desenquadramento Passivo	21
Desenquadramento Ativo	21
Períodos de Investimento e Desinvestimento	22
Operações de Empréstimo	22
Política de Coinvestimento	22
IV. DOS PRESTADORES DE SERVIÇO	23
ADMINISTRADOR e GESTOR	23
Poderes de Gestão	24
Equipe Chave do GESTOR	24
Deveres e Obrigações do ADMINISTRADOR	25

Deveres e Obrigações do GESTOR	25
Vedações Aplicáveis ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR	25
V. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE GESTÃO.....	25
Da Taxa de Administração	25
Da Taxa de Gestão.....	26
Da Taxa Máxima de Distribuição	27
VI. DA TAXA DE PERFORMANCE E DO FLUXO DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	27
Fluxo de Distribuições e Catch Up – Pagamento Prioritário	27
VII. DAS TAXAS DE CUSTÓDIA, INGRESSO E SAÍDA	28
VIII. DA SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR.....	29
Renúncia, Descredenciamento e Destituição.....	29
Taxa de Administração e/ou Taxa de Gestão devidas no caso de substituição do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR	29
IX. DO PATRIMÔNIO DO FUNDO	30
Patrimônio Líquido.....	30
Subclasses de Cotas	30
Investimento Inicial Mínimo por Cotista.....	31
Patrimônio Inicial Mínimo e Primeira Emissão de Cotas	31
Capital Autorizado e Emissões Subsequentes de Cotas.....	31
Oferta Privada de Cotas	32
Oferta Pública de Cotas	32
Direito de Preferência	32
Subscrição das Cotas e Compromisso de Investimento.....	33
Chamadas de Capital	33
Integralização das Cotas	33
Cotista Inadimplente.....	34
Cessão e Negociação de Cotas	35
X. DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.....	35
Rendimentos e proventos de qualquer natureza	35

Amortização de Cotas	35
Resgate de Cotas.....	35
XI. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AVALIAÇÃO DA CARTEIRA.....	35
Demonstrações Contábeis.....	35
Metodologia de avaliação da Carteira	36
Classificação Contábil do FUNDO.....	36
XII. DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	36
Procedimento para liquidação do FUNDO.....	36
XIII. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE RESULTADOS.....	37
Informações Periódicas	37
Fatos Relevantes	38
XIV. DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	38
XV. DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	40
Convocação e Instalação	41
Deliberações.....	42
XVI. TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL	43
XVII. DA SOLUÇÃO DE DISPUTAS	45
XVIII. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	46
XIX. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	46
Sucessão dos Cotistas	46
Indenização	46
Forma de Comunicação	47
Lei Aplicável.....	47
Anexo I.....	48

DEFINIÇÕES

Para os fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões em letra maiúscula utilizados neste Regulamento terão os significados atribuídos a eles abaixo, sem prejuízo de outras definições adotadas e destacadas ao longo do Regulamento. Além disso, (a) os cabeçalhos e títulos deste Regulamento servem apenas para conveniência de referência e não alterarão ou afetarão o significado ou a interpretação de quaisquer disposições deste Regulamento; (b) os termos “inclusive”, “incluindo” e “particularmente” serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”; (c) sempre que for adequado para o contexto, cada termo, tanto no singular quanto no plural incluirá o singular e o plural, e os pronomes masculino, feminino ou neutro incluirão os gêneros masculino, feminino e neutro; (d) referências a qualquer documento ou instrumento incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diversa; (e) referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; (f) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Regulamento, referências a capítulos, itens, parágrafos, incisos ou anexos aplicam-se aos capítulos, itens, parágrafos, incisos e anexos deste Regulamento; (g) todas as referências a quaisquer partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários autorizados; e (h) todos os prazos previstos neste Regulamento serão contados na forma prevista no Artigo 224 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, isto é, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento:

“1ª Emissão”	É a primeira emissão de Cotas do FUNDO , composta por Cotas Subclasse A, Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C, realizada nos termos da regulamentação aplicável à época.
“ADMINISTRADOR”	É a BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. , sociedade limitada, com sede social na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Alves Guimarães, nº 1212, bairro Pinheiros, São Paulo/SP CEP 05410-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.025.053/0001-62, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 14.796, de 30 de dezembro de 2015.
“ANBIMA”	É a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
“Anexo Normativo IV”	É o Anexo Normativo IV à Resolução CVM 175, que dispõe sobre as regras específicas sobre os fundos de investimento em participações.
“Assembleia Geral de Cotistas”	É o órgão deliberativo máximo do FUNDO , composto pelos Cotistas, cujo funcionamento está previsto neste Regulamento no Capítulo XV.
“B3”	É a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, Centro, CEP 01010-901.
“Boletim de Subscrição”	É o instrumento que formaliza a subscrição de Cotas de emissão do Fundo pelo Cotista, do qual deverá constar: (i) nome e a qualificação do subscritor; (ii) o número de Cotas subscritas, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo; e (iii) o preço de subscrição.
“CAM-B3”	É a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

“Capital Autorizado”	É o montante máximo, expresso em reais, para emissão de Novas Cotas sem que seja necessária a aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do item 9.9 deste Regulamento.
“Capital Comprometido”	É o valor que os Cotistas se comprometeram a integralizar no FUNDO , por meio da assinatura do respectivo Compromisso de Investimento, nos termos do item 9.19 deste Regulamento.
“Capital Investido”	É o capital efetivamente investido pelos Cotistas no FUNDO , por meio da integralização de suas respectivas Cotas.
“Carteira”	É o conjunto de ativos componentes da carteira de investimentos do FUNDO .
“Chamada(s) de Ajuste”	É uma ou mais Chamadas de Capital após a subscrição de Cotas por Novos Cotistas, direcionadas exclusivamente aos Novos Cotistas, para fins da Equalização.
“Chamada(s) de Capital”	É cada chamada de capital aos Cotistas para aportar recursos no FUNDO , mediante a integralização parcial ou total das Cotas que tenham sido subscritas por cada um dos Cotistas, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento. Observado o disposto neste Regulamento, em especial em relação às Cotas Subclasse B-2, as Chamadas de Capital serão realizadas pelo ADMINISTRADOR , conforme orientação do GESTOR , na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento na Sociedade Alvo, ou necessidades de recursos para pagamento de despesas e encargos do FUNDO .
“Código ANBIMA”	É o Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros editado pela ANBIMA.
“Código Civil”	Significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
“Código de Processo Civil”	Significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.
“Compromisso de Investimento”	É o instrumento por meio do qual os Cotistas se obrigam e definem o procedimento para integralização do valor das Cotas do FUNDO , que será assinado pelo Cotista na data de subscrição de suas Cotas
“Conflito de Interesses”	É qualquer situação em que o ADMINISTRADOR , o GESTOR , qualquer Cotista que detenha ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas e/ou uma Parte Ligada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução, pelo FUNDO , de determinada questão ou negócio relacionado com o próprio FUNDO e/ou com a Sociedade Alvo ou Sociedade Investida, conforme o caso.
“Cota(s)”	São as frações ideais do patrimônio líquido do FUNDO , independentemente da Subclasse.

“Cotas Subclasse A”	São as Cotas de Subclasse “A” do FUNDO , as quais serão destinadas exclusivamente a fundos de investimento geridos pelo GESTOR e das quais não serão cobradas a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance.
“Cotas Subclasse B”	São as Cotas Subclasse B-1 e Cotas Subclasse B-2.
“Cotas Subclasse B-1”	São as Cotas de Subclasse “B-1” do FUNDO , as quais serão destinadas exclusivamente ao FIM CSHG, das quais serão cobradas a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance.
“Cotas Subclasse B-2”	São as Cotas de Subclasse “B-2” do FUNDO , as quais serão destinadas exclusivamente a investidores profissionais que sejam geridos ou estejam sob consultoria por empresas do mesmo grupo económico que o gestor do FIM CSHG, das quais serão cobradas a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance.
“Cotas Subclasse C”	São as Cotas de Subclasse “C” do FUNDO , as quais serão destinadas aos Investidores Qualificados que não se enquadrem no grupo de investidores alvo das Cotas Subclasse A e Cotas Subclasse B, e das quais serão cobradas a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance calculadas nos termos dos itens 5.2, 5.5 e 6.1.
“Cotistas”	São as pessoas físicas ou jurídicas, ou comunhão de interesses, que sejam titulares de Cotas, independentemente da Subclasse.
“Cotistas Subclasse A”	São os Cotistas detentores de Cotas Subclasse A.
“Cotistas Subclasse B”	São os Cotistas detentores de Cotas Subclasse B-1 e Cotas Subclasse B-2, em conjunto.
“Cotista Subclasse B-1”	É o FIM CSHG, que detém Cotas Subclasse B-1.
“Cotistas Subclasse B-2”	São os Cotistas detentores de Cotas Subclasse B-2.
“Cotistas Subclasse C”	São os Cotistas detentores de Cotas Subclasse C.
“Cotista Inadimplente”	É qualquer Cotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no FUNDO mediante integralização de Cotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento e sem prejuízo a qualquer prazo de cura nele previsto, ou Cotista que estiver em descumprimento de qualquer das disposições deste Regulamento e/ou do Compromisso de Investimento.
“Custo Unitário de Distribuição”	É o custo que poderá ser devido pelos subscritores das Cotas, a ser destinado para o pagamento da remuneração da entidade que for contratada pelo FUNDO para realizar a distribuição das Cotas, nos termos da regulamentação aplicável.

“Custodiante”	É a BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. , com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Alves Guimarães, nº 1212, bairro Pinheiros, São Paulo/SP CEP 05410-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.486.793/0001.42, credenciada e autorizada pela CVM à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários e escrituração de cotas de fundos de investimento, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 13.244, de 21 de agosto de 2013.
“CVM”	É a Comissão de Valores Mobiliários.
“Dia Útil”	É qualquer dia que não seja sábado, domingo, dias declarados como feriado nacional no Brasil ou no local da sede do ADMINISTRADOR ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nacionalmente. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não sejam Dias Úteis, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.
“Emissões Subsequentes”	São as emissões de Cotas do FUNDO que serão realizadas após a 1ª Emissão, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.
“Equalização”	É o método pelo qual os Novos Cotistas ingressantes deverão ter suas integralizações de Cotas proporcionalmente equalizadas com as integralizações de Cotas dos Cotistas que tenham subscrito e integralizado Cotas em momentos anteriores, por meio de Chamada(s) de Ajuste, ressalvadas às disposições aplicáveis às Chamadas de Capital da Cota Subclasse B-2.
“FIM CSHG”	É o CSHG EB BIP FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO - MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA .
“FUNDO”	É o EB BIP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA , inscrito no CNPJ sob o nº 42.272.999/0001-78.
“GESTOR”	É a EB CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA. , com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 4º andar, parte, Jardim Paulistano, CEP 04538-905, inscrita no CNPJ sob o nº 28.620.199/0001-70, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 17.583, de 19 de dezembro de 2019, e aderente ao Código ANBIMA.
“Instrução CVM 579”	É a Instrução CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos fundos de investimento em participações.
“Investidor(es) Profissional(is)”	São os investidores definidos como profissionais, nos termos do Artigo 11 da Resolução CVM 30.
“Investidor(es) Qualificado(s)”	São os investidores definidos como qualificados, nos termos do Artigo 12 da Resolução CVM 30.

“IPCA”	É o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No caso de extinção deste índice, deve ser aplicado outro índice similar que venha a substituí-lo, e que tenha a mesma finalidade.
“Justa Causa”	Significa a prática ou constatação dos seguintes atos ou situações pelo GESTOR : (i) atuou com dolo ou cometeu fraude no desempenho de suas funções e responsabilidades, reconhecida em decisão judicial transitada em julgado; (ii) foi descredenciado(a) pela CVM para o exercício de suas atividades de prestação de serviços de administração de carteira de valores mobiliários; (iii) teve sua falência, intervenção ou recuperação judicial ou extrajudicial decretada ou deferida; (iv) em caso de qualquer decisão: (a) administrativa ou judicial que esteja em fase de cumprimento de sentença/execução e cujos efeitos não estejam suspensos em virtude de interposição do recurso cabível, inclusive em esfera administrativa ou judicial, em face do GESTOR , que afete a capacidade de exercer suas funções de administrador de carteira de valores mobiliários; ou (b) criminal condenatória em face do GESTOR ; (v) suspendeu suas atividades por qualquer período de tempo.
“Lei da Liberdade Econômica”	Significa a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que alterou o Código Civil e outras normas com o objetivo de facilitar a realização de negócios no Brasil.
“Novas Cotas”	São Cotas do FUNDO de Emissões Subsequentes à 1ª Emissão de Cotas do FUNDO .
“Novos Cotistas”	São os investidores que subscreverem Cotas do FUNDO após a primeira integralização de Cotas objeto da 1ª Emissão.
“Pagamento Prioritário”	É o pagamento prioritário a ser realizado para o GESTOR , a título de Taxa de Performance.
“Partes Indenizáveis”	Significa o ADMINISTRADOR , o GESTOR e as suas Partes Relacionadas, representantes ou agentes do GESTOR , ou de quaisquer das suas Partes Relacionadas, quando agindo em nome do FUNDO , bem como qualquer pessoa designada pelo GESTOR para atuar em nome do FUNDO como diretor, conselheiro, gerente, consultor, funcionário ou agente da Sociedade Investida.
“Parte(s) Ligada(s)”	São, para os fins deste Regulamento: (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe direta ou indiretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital social do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR ; (ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o ADMINISTRADOR , o GESTOR , um Cotista e/ou qualquer das pessoas elencadas no inciso “(i)” acima participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital social, direta ou indiretamente; (iii) qualquer fundo de investimento em que qualquer Cotista ou qualquer uma das pessoas elencadas nos incisos “(i)” acima e/ou “(iv)” abaixo participem com 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do patrimônio, direta ou indiretamente; (iv) qualquer pessoa natural que seja parente de um Cotista ou de qualquer das pessoas indicadas no inciso “(v)” abaixo até o segundo grau em linha reta, ou até o quarto grau em linha colateral ou transversal, nos termos da legislação civil; ou (v) qualquer pessoa natural que seja sócio, administrador ou funcionário do ADMINISTRADOR ou do GESTOR .

“Parte(s) Relacionada(s)”	Significa qualquer funcionário, diretor, sócio, representante legal, cônjuge e/ou parentes de uma determinada parte, bem como as empresas controladoras, controladas ou subsidiárias que exerçam controle comum com relação a essa parte, e os fundos de investimento e/ou carteiras de títulos administrados e/ou gerenciados por essa parte.
“Patrimônio Líquido”	É o montante constituído pela soma do disponível, mais o valor da Carteira, mais valores a receber, menos os encargos, despesas, e outras exigibilidades eventualmente devidas pelo FUNDO .
“Período de Desinvestimento”	É o período de desinvestimento do FUNDO , o qual terá início no primeiro Dia Útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e se encerrará juntamente com o Prazo de Duração do FUNDO .
“Período de Investimento”	É o período em que o FUNDO realizará os investimentos na Sociedade Alvo, primordialmente, o qual durará até 3 (três) anos contados da data da primeira integralização de Cotas objeto da 1ª Emissão, o qual poderá ser prorrogado por até 2 (dois) períodos adicionais de 1 (um) ano, a critério do GESTOR .
“Prazo de Duração”	É o prazo de duração do FUNDO , que se encerrará em (seis) anos contados da data da primeira integralização de Cotas objeto da 1ª Emissão, podendo ser prorrogado por 2 (dois) períodos de 1 (um) ano cada a critério do GESTOR .
“Público-Alvo”	São Investidores Qualificados, sendo adicionalmente cada Subclasse de Cotas destinada os grupos de investidores especificados neste Regulamento, observado que no âmbito da 1ª Emissão de Cotas, que foi realizada por meio de uma oferta pública, nos termos da regulamentação vigente à época, os investidores foram necessariamente Investidores Profissionais.
“Rentabilidade Preferencial”	É o Capital Investido corrigido pela variação do IPCA acrescida de 6% (seis por cento) ao ano. Apenas após a distribuição do valor correspondente à Rentabilidade Preferencial aos Cotistas, será devida a Taxa de Performance ao GESTOR , nos termos deste Regulamento.
“Regulamento”	É este Regulamento do FUNDO , conforme alterado.
“Resolução CVM 30”	É a Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente.
“Resolução CVM 160”	É a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição primária ou secundária de valores mobiliários e a negociação dos valores mobiliários ofertados nos mercados regulamentados.

“Resolução CVM 175”	É a Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos.
“Sociedade Alvo”	É a Bioo Plataforma de Bio Soluções Holding S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 48.326.970/0001-08, com sede na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Santos Dumont, 1500 – Sala 1604, São Geraldo, CEP 90230-240, bem como suas eventuais subsidiárias e empresas que integrem seu grupo econômico, bem como suas eventuais subsidiárias e empresas que integrem seu grupo econômico.
“Sociedade Investida”	É a Sociedade Alvo, após o recebimento de investimento do FUNDO .
“Subclasse(s) de Cotas”	Significam, indistintamente e/ou em conjunto, as Cotas Subclasse A, Cotas Subclasse B, Cotas Subclasse B-1, Cotas Subclasse B-2 e/ou Cotas Subclasse C.
“Taxa de Administração”	É a taxa de administração devida pelos Cotistas do FUNDO ao ADMINISTRADOR , prevista no item 5.2 deste Regulamento. A Taxa de Administração será uma despesa atribuída a todas as Cotas, independentemente da Subclasse.
“Taxa de Gestão”	É a remuneração devida ao GESTOR pelos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C, conforme aplicável, prevista no item 5.5 deste Regulamento.
“Taxa de Performance”	É a remuneração devida pelos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C, conforme aplicável, ao GESTOR , por conta do desempenho do FUNDO , conforme estabelecida no item 6.1 deste Regulamento.

I. DOS FATORES DE RISCO

1.1. Os investimentos do **FUNDO**, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a riscos e flutuações do mercado, riscos inerentes à Sociedade Investida e aos ativos por ela emitidos que venham a ser objeto de investimento pelo **FUNDO**, e a riscos de crédito de modo geral.

1.2. Antes de tomar uma decisão de investimento no **FUNDO**, o potencial investidor deve considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e de seus objetivos de investimentos, todas as informações disponíveis neste Regulamento, e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos neste Capítulo I, bem como nos prospectos de ofertas realizadas pelo **FUNDO** e nos materiais de divulgação de tais ofertas, conforme aplicável.

1.3. O **FUNDO** poderá estar exposto a perdas patrimoniais expressivas. No caso dos investimentos realizados na Sociedade Investida perderem valor, os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais para cobrir as despesas e custos operacionais do **FUNDO**, até o Capital Comprometido por cada Cotista, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

1.4. Os investimentos do **FUNDO** e os Cotistas estão sujeitos, em adição aos fatores de risco descritos nos prospectos e materiais de divulgação de ofertas realizadas pelo **FUNDO**, se houver, a diferentes espécies de risco, sendo os principais fatores os seguintes, de forma não exaustiva:

Riscos de se investir em fundos de investimentos em participações:

(i) Risco de concentração da Carteira: o risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente

relacionado à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO**, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** com relação ao investimento, aumentando a exposição ao risco associado a ele. A materialização de tal risco poderá afetar negativamente os investimentos do **FUNDO**, o que poderá depreciar de forma significativa o Patrimônio Líquido e, por consequência, a rentabilidade e o Capital Investido pelo Cotista;

- (ii) Risco de mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Carteira, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que o valor dos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira sejam avaliados por valores diferentes dos da sua emissão e/ou contabilização, o que poderá acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas;
- (iii) Risco de liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o **FUNDO** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar o **FUNDO** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado;
- (iv) Risco relacionado a fatores macroeconômicos: o **FUNDO** está sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas e alheias ao controle do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR**, conforme aplicável, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo o mercado de capitais ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, os quais poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira, e/ou (b) inadimplência da Sociedade Investida. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas. Adicionalmente, o **FUNDO** desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados do **FUNDO** e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do **FUNDO**;
- (v) Risco de Patrimônio Líquido negativo: na medida em que o valor do Patrimônio Líquido seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações do **FUNDO**, a insolvência do **FUNDO** poderá ser requerida judicialmente (i) por quaisquer credores do **FUNDO**, (ii) por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento, ou (iii) pela CVM. Os prestadores de serviço do **FUNDO**, em especial o **ADMINISTRADOR** e o **GESTOR**, não respondem por obrigações legais e contratuais assumidas pelo **FUNDO**, tampouco por eventual patrimônio negativo decorrente dos investimentos realizados pelo **FUNDO**. O regime de responsabilidade limitada dos cotistas, e o regime de insolvência dos fundos de investimento são inovações legais recentes que ainda não foram sujeitas à extensa revisão judicial. Caso (i) referidas inovações legais sejam alteradas; ou (ii) o **FUNDO** seja colocado em regime de insolvência, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja

questionada em juízo, os Cotistas poderão ser chamados a aportar recursos adicionais ao **FUNDO** para fazer frente ao patrimônio negativo, até o limite de seu Capital Comprometido;

- (vi) Risco de destituição do **GESTOR** e pagamento de Multa por Destituição: o Regulamento prevê que o **GESTOR** poderá ser destituído com ou sem Justa Causa. A destituição com ou sem Justa Causa deverá ser aprovada pelos Cotistas reunidos em assembleia geral pelo quórum qualificado previsto no Regulamento. Na hipótese de destituição sem Justa Causa do **GESTOR**, será devida a Multa por Destituição, a qual será incorporada à Taxa de Gestão e, portanto, debitada como encargo do **FUNDO**. Portanto, em caso de insatisfação com a prestação de serviços pelo **GESTOR** que não configure uma hipótese de Justa Causa, os Cotistas poderão ter dificuldades em aprovar a destituição do **GESTOR** em sede de Assembleia Geral de Cotistas em virtude do quórum aplicável, além de serem instados a pagar a Multa por Destituição, o que poderá afetar a rentabilidade das Cotas;
- (vii) Risco relacionado à caracterização de Justa Causa para destituição do **GESTOR**: o **GESTOR** poderá ser destituído por Justa Causa em determinadas situações apenas mediante decisão proferida pelo tribunal competente comprovando que suas ações, ou omissões, ensejaram a destituição por Justa Causa. Não é possível prever o tempo em que o tribunal competente levará para proferir tais decisões e, portanto, nem quanto tempo o **GESTOR** permanecerá no exercício de suas funções após eventual ação, ou omissão, que possa ser enquadrada como Justa Causa. Nesse caso, os Cotistas e o **FUNDO** deverão aguardar a decisão do tribunal competente ou, caso entendam pertinente, poderão deliberar pela destituição do **GESTOR**, sem Justa Causa. Eventual demora na decisão a ser proferida pelo tribunal competente para fins de destituição por Justa Causa do **GESTOR** poderá impactar negativamente os Cotistas e o **FUNDO**;
- (viii) Risco relacionado à realização de Chamadas de Capital desproporcionais entre diferentes Subclasses de Cotas: no âmbito da primeira integralização de Cotas, as Cotas Subclasse B-2 terão a totalidade de seu Capital Comprometido integralizado, enquanto as demais Subclasses de Cotas, uma vez subscritas, estarão sujeitas à Chamadas de Capital, de acordo com as necessidades do **FUNDO** para a realização de investimentos na Sociedade Alvo ou Sociedade Investida, conforme o caso, e/ou pagamento de encargos do **FUNDO**. Como consequência desta característica da Cota Subclasse B-2, haverá, desde o início do funcionamento do **FUNDO**, desproporcionalidade entre o Capital Investido da Cota Subclasse B-2 e das demais Subclasses de Cotas, sendo que inexistirá certeza de que o Capital Comprometido das demais Subclasses de Cotas será objeto de Chamadas de Capital que resultem na totalidade de sua integralização. Tendo em vista que as distribuições realizadas pelo **FUNDO** aos Cotistas, por meio de amortização ou resgate, são realizadas com base no Capital Investido por cada Cotista, existe a possibilidade de que os Cotistas Subclasse A, Cotistas Subclasse B-1 e Cotistas Subclasse C, em relação ao Capital Comprometido que não tenha sido objeto de Chamadas de Capital, não tenham ou tenham uma participação efetiva menor nos ganhos gerados pelo investimento do **FUNDO** na Sociedade Investida;
- (ix) Risco relacionado à morosidade da justiça brasileira: o **FUNDO** e a Sociedade Investida poderão ser partes em demandas judiciais, tanto no polo ativo como no polo passivo. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o **FUNDO** e/ou a Sociedade Investida obterão resultados favoráveis nas demandas judiciais. Tais fatos poderão afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios da Sociedade Investida e/ou das sociedades por ela controladas e, consequentemente, os resultados do **FUNDO** e a rentabilidade dos Cotistas;
- (x) Risco relacionado a restrição ao resgate e à liquidez das Cotas: pelo fato de o **FUNDO** ser constituído sob forma de condomínio fechado de natureza especial, o resgate de suas Cotas somente poderá ocorrer na liquidação do **FUNDO**, conforme previsto no presente Regulamento. A distribuição de resultados será realizada na medida em que o **FUNDO** tenha disponibilidade para tanto, ou na data de liquidação do **FUNDO**. Tais características poderão limitar o interesse de outros investidores pelas Cotas, reduzindo sua liquidez no mercado secundário. Caso os Cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no **FUNDO**, existe o risco para os Cotistas de não conseguirem encontrar compradores

interessados no mercado secundário, de modo que os Cotistas poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas. Não há qualquer garantia em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário ou ao preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída ao Cotista;

- (xi) Risco de amortização e/ou resgate de Cotas em ativos: conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em determinadas situações, casos em que as Cotas poderão ser amortizadas ou resgatadas mediante a entrega, em pagamento, dos ativos integrantes da Carteira. Nessas hipóteses, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar tais ativos que venham a ser recebidos em razão da liquidação do **FUNDO**;
- (xii) Desempenho passado: ao analisar quaisquer informações fornecidas em prospecto ou qualquer material de divulgação do **FUNDO**, se houver, que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos em que o **ADMINISTRADOR** e/ou **GESTOR**, tenham de qualquer forma participado, os potenciais Cotistas devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pelo **FUNDO**;
- (xiii) Risco de coinvestimento – participação minoritária na Sociedade Alvo: o **FUNDO** poderá coinvestir com terceiros, inclusive outros fundos e/ou veículos geridos/administrados pelo **GESTOR** ou pelo **ADMINISTRADOR**, os quais poderão ter participações maiores que as do **FUNDO** na Sociedade Alvo e, portanto, maior ingerência na governança da Sociedade Alvo. Nesses casos, o **FUNDO**, na posição de acionista minoritário, estará sujeito significativamente aos atos de governança dos membros da diretoria, conselho de administração e/ou comitês não indicados pelo **FUNDO**, e cujos interesses podem, por vezes, estar em conflito com os interesses do **FUNDO**. O Coinvestimento envolve riscos adicionais que podem não estar presentes em investimentos em que não haja Coinvestimento, incluindo a possibilidade de que um coinvestidor ou coinvestidores venham a tomar decisões (sozinhos ou em bloco) ou tenham interesses ou objetivos diferentes dos do **FUNDO**, resultando em um impacto negativo sobre tal investimento. Não há garantia de que direitos usualmente oferecidos a acionistas minoritários estarão disponíveis para o **FUNDO** com relação a qualquer investimento, ou que tais direitos irão proporcionar proteção suficiente dos interesses do **FUNDO**;
- (xiv) Risco de coinvestimento – coinvestimento por determinados Cotistas: o **FUNDO** poderá, na forma prevista neste Regulamento e observado o disposto na regulamentação aplicável, coinvestir na Sociedade Alvo com Cotistas. Nesses casos, não há qualquer obrigação de o **GESTOR** apresentar a oportunidade a todos os Cotistas e nem de aceitar a participação de mais de um interessado. Não há qualquer garantia de participação em Coinvestimento pelos Cotistas e o **GESTOR** terá discricionariedade para escolher aquele que entender mais adequado considerando os objetivos de investimento do **FUNDO**. Não há como garantir que a escolha se mostrará acertada e nem que não haverá conflitos potenciais ou efetivos no futuro em razão de tais escolhas; e
- (xv) Conflito de interesses: o **FUNDO** e/ou a Sociedade Investida poderão vir a contratar transações com eventual conflito de interesses. O fato de certas transações em potencial ou efetivo conflito de interesses estarem sujeitas à aprovação em Assembleia Geral de Cotistas não necessariamente mitiga o risco de que tais transações impactem negativamente o **FUNDO**.

Riscos relacionados à Sociedade Investida e setor de atuação da Sociedade Investida:

- (xvi) Riscos relacionados à Sociedade Investida e às sociedades por ela investidas, incluindo risco de performance: os investimentos do **FUNDO** são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira estará concentrada em valores mobiliários de emissão da Sociedade Investida, que, por sua vez, poderão ter seu patrimônio concentrado em participações societárias em outras sociedades. Não há garantias de (i) bom desempenho da Sociedade Investida e/ou das sociedades por ela investidas, (ii) solvência da Sociedade Investida e/ou das sociedades por ela investidas e (iii) continuidade das atividades da Sociedade Investida e/ou das sociedades por ela investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira do **FUNDO** e o valor das Cotas. Os

pagamentos relativos aos valores mobiliários de emissão da Sociedade Investida, como dividendos, juros e outras formas de remuneração podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da Sociedade Investida e/ou das sociedades por ela investidas, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o **FUNDO** e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Não há garantia quanto ao desempenho do segmento econômico de atuação da Sociedade Investida e/ou de sociedades por ela investidas e nem tampouco certeza de que o desempenho da Sociedade Investida e/ou de sociedades por ela investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio de seu respectivo segmento. Adicionalmente, não há garantia de que o **FUNDO** e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Em função de diversos fatores relacionados ao funcionamento de órgãos públicos de que pode vir a depender o **FUNDO** no desempenho de suas operações, não há garantias de que o **FUNDO** conseguirá exercer todos os seus direitos de sócio da Sociedade Investida, ou como adquirente ou alienante de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Sociedade Investida, nem de que, caso o **FUNDO** consiga exercer tais direitos, os efeitos obtidos serão condizentes com os seus direitos originais e/ou obtidos no tempo esperado. Tais fatores poderão impactar negativamente a rentabilidade da Carteira. Os investimentos do **FUNDO** serão feitos em sociedade de capital fechado, a qual não está obrigada a observar as mesmas regras que as sociedades abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o **FUNDO** quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Sociedade Investida e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor da Carteira e as Cotas;

- (xvii) Risco socioambiental: as operações do **FUNDO**, da Sociedade Investida e/ou das sociedades por ela investidas podem estar sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis e regulamentos ambientais podem acarretar atrasos, fazer com que o **FUNDO**, a Sociedade Investida e/ou as sociedades por ela investidas, no âmbito de cada empreendimento, incorram em custos significativos para cumpri-las, assim como proibir ou restringir severamente o desenvolvimento de determinadas atividades, especialmente em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis. O eventual descumprimento de leis e regulamentos ambientais também pode acarretar a imposição de sanções administrativas, cíveis e criminais (tais como multas e indenizações). As leis e regulamentos ambientais podem se tornar mais restritivas, sendo que qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente os negócios do **FUNDO** e a sua rentabilidade. Adicionalmente, existe a possibilidade de as leis de proteção ambiental serem alteradas após o início do desenvolvimento de determinada atividade pela Sociedade Investida ou sociedades por ela investidas e antes de sua conclusão, o que poderá trazer atrasos e/ou modificações ao objetivo inicialmente projetado. Além disso, as atividades empresárias desenvolvidas pela Sociedade Investida podem estar sujeitas ao risco social, sobretudo de natureza trabalhista e consumerista, considerando a possibilidade de exposição dos colaboradores a ambientes perigosos e insalubres, bem como a possibilidade dos produtos e serviços comercializados causarem danos aos seus consumidores. Os fatores descritos acima poderão afetar adversamente as atividades do **FUNDO**, da Sociedade Investida e/ou das sociedades por ela investidas e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas;
- (xviii) Risco trabalhista e sindical: as relações trabalhistas da Sociedade Investida podem estar inseridas dentro de um contexto de atuação sindical relevante. Pode haver ocasiões em que a atuação sindical dos trabalhadores resulte em paralisações, bloqueios de vias, postos de logística e armazenamento, ativos de infraestrutura e outros estabelecimentos essenciais para o bom funcionamento do setor. Logo, é possível que as operações da Sociedade Investida sejam interrompidas por um período significativo, o que geraria prejuízos à Sociedade Investida. Assim, em razão dos prejuízos decorrentes de eventual paralisação das atividades da Sociedade Investida, a Cota do **FUNDO** poderá sofrer uma desvalorização;
- (xix) Riscos com a dependência de sistemas de tecnologia da informação: as operações da Sociedade Investida podem demandar investimentos constantes em tecnologia da informação e podem ser de importância fundamental para atender as exigências operacionais da Sociedade Investida. Os sistemas estão sujeitos a indisponibilidade provocadas por falhas graves na infraestrutura

tecnológica, comunicação de dados, sistemas de armazenamentos. Tal indisponibilidade pode comprometer as operações da Sociedade Investida, ocasionando sérios prejuízos financeiros à Sociedade Investida, o que consequentemente afetará os resultados do **FUNDO**;

- (xx) Riscos com acidentes nas operações de infraestrutura: as operações da Sociedade Investida podem estar sujeitas a acidentes envolvendo os meios de transporte e os imóveis utilizados na execução dos seus serviços. Há a possibilidade de que os prejuízos decorrentes desses eventos não estejam integralmente cobertos por seguros. Assim, os prejuízos não previstos em apólices de seguro afetarão negativamente o desempenho da Sociedade Investida, o que consequentemente poderá reduzir os resultados do **FUNDO**;
- (xxi) Riscos com concessões, licitações e contratos com o setor público: as operações da Sociedade Investida podem depender de contratos com a administração pública, como concessões e parcerias. A atuação da Administração Pública nestes contratos pode impactar negativamente os resultados da Sociedade Investida, gerando prejuízos, caso (i) sejam impostas novas obrigações; (ii) haja a necessidade de realizar novos investimentos para o cumprimento de medidas unilaterais impostas pela Administração Pública; (iii) o escopo do contrato seja reduzido; (iv) o contrato não seja prorrogado por tempo suficiente à recuperação dos valores investidos; e (v) ocorra limitação das tarifas ou outras formas de remuneração da Sociedade Investida. Logo, o resultado do **FUNDO** poderá sofrer com a atuação da Administração Pública em contratos celebrados com a Sociedade Investida;
- (xxii) Riscos relacionados à oneração de ativos da Sociedade Investida em virtude de financiamentos de projetos: as operações da Sociedade Investida contam ou podem vir a contar com financiamentos de projetos de infraestrutura, os quais usualmente envolvem a outorga de garantias reais, tais como as ações da Sociedade Investida, bem como seus direitos e ativos. Dessa forma, caso a Sociedade Investida não cumpra suas obrigações nos contratos de financiamento, as garantias reais porventura outorgadas poderão ser executadas e vendidas a terceiros, causando prejuízos ao **FUNDO** e aos Cotistas;
- (xxiii) Riscos relacionados a alterações regulatórias aplicáveis aos setores de atuação da Sociedade Investida: o **FUNDO** não pode assegurar as ações que serão tomadas pelos governos federal, estadual e municipal no futuro com relação ao desenvolvimento dos setores de atuação da Sociedade Investida, e em que medida tais ações poderão afetar adversamente a Sociedade Investida. Qualquer medida regulatória significativa adotada pelas referidas autoridades poderá impor um ônus relevante sobre as atividades da Sociedade Investida e causar um efeito adverso sobre o **FUNDO**. Ademais, reformas futuras na regulamentação dos setores de atuação da Sociedade Investida e seus efeitos são difíceis de prever. Na medida em que a Sociedade Investida não for capaz de repassar aos clientes os custos decorrentes do cumprimento de novas leis e regulamentos, seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados;
- (xxiv) Risco relacionado à atuação de sócios do **FUNDO** na Sociedade Investida: a Sociedade Investida poderá contar com diversos outros sócios, podendo o **FUNDO** ser sócio minoritário. Igualmente, as sociedades objeto de investimento pela Sociedade Investida poderão contar com diversos outros sócios, podendo a Sociedade Investida ser sócia minoritária. Nessas hipóteses, o **FUNDO** poderá ser afetado negativamente em virtude de atos praticados por tais sócios, sejam atos relacionados ou não à Sociedade Investida, tais como abusos de poder de controle, aprovações de matérias que não sejam do interesse do **FUNDO**, implementação de política de administração que não seja bem-sucedida, envolvimento em processos administrativos, inquéritos, procedimentos investigativos, processos arbitrais e/ou judiciais de qualquer natureza; e
- (xxv) Risco geológico: consiste no surgimento de ocorrências geológicas não detectadas em estudos prévios, que encareçam ou inviabilizem as operações, as instalações de equipamentos e/ou a execução das obras referentes à Sociedade Investida, o que pode afetar negativamente as atividades do **FUNDO**.

Riscos relacionados à responsabilidade dos Cotistas:

Responsabilidade Limitada dos Cotistas e Regime de Insolvência: a Lei da Liberdade Econômica alterou o Código Civil e estabeleceu que: (i) os regulamentos de fundos de investimento podem estabelecer a limitação de responsabilidade de cada cotista ao valor de suas cotas; e (ii) se o fundo de investimento com limitação de responsabilidade não possuir patrimônio suficiente para responder por suas dívidas, aplicam-se as regras de insolvência previstas nos Artigos 955 a 965 do Código Civil. A CVM emanou norma regulamentadora acerca de tais matérias, mas não é possível (a) antever como a limitação de responsabilidade dos Cotistas e/ou o processo de insolvência serão aplicados na prática; tampouco (b) antever qual será a interpretação acerca de tais matérias em sede de potenciais litígios envolvendo o FUNDO, seja em via judicial, arbitral ou administrativa. Neste caso, o FUNDO e os Cotistas podem sofrer prejuízos materiais e estar sujeitos a consequências adversas.

II. DO FUNDO

Das Características do FUNDO

2.1. O **FUNDO** é uma comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio fechado, da categoria Multiestratégia, que funcionará pelo Prazo de Duração, prorrogável por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, e será regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Público-Alvo

2.2. As Cotas do **FUNDO** são direcionadas exclusivamente para o Público-Alvo.

2.2.1. Não será admitida a participação, como Cotistas do **FUNDO**, do **ADMINISTRADOR** e da instituição responsável pela distribuição das Cotas do **FUNDO**. Não obstante, é permitido ao **GESTOR**, bem como a seus sócios, diretores, empregados, sociedades que sejam suas controladas, controladoras ou que estejam sob controle comum, adquirir Cotas, direta ou indiretamente. Será permitida a participação, como Cotista do **FUNDO**, de fundos de investimento administrados pelo **ADMINISTRADOR** e/ou geridos pelo **GESTOR**.

2.3. Na máxima extensão permitida pela legislação e regulamentação aplicáveis, e para os respectivos fins, inclusive, sem limitação, aqueles de que trata o Código Civil e a Lei da Liberdade Econômica, fica expressamente consignada neste Regulamento a limitação da responsabilidade (i) de cada Cotista ao valor de suas respectivas Cotas; e (ii) dos prestadores de serviços fiduciários, perante o **FUNDO** e entre si, ao cumprimento dos deveres particulares de cada um, em quaisquer dos casos acima sem qualquer solidariedade entre si e nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Responsabilidade dos cotistas e regime de insolvência

2.4. A responsabilidade do Cotista está limitada ao respectivo Capital Comprometido.

2.5. Caso tenha ciência de pedido de declaração judicial de insolvência do **FUNDO** ou da declaração judicial de insolvência do **FUNDO**, o **ADMINISTRADOR** deverá verificar se o Patrimônio Líquido está negativo e adotar as medidas aplicáveis previstas na Resolução CVM 175.

2.6. Sem prejuízo do item 2.3 acima, caso se verifique um Patrimônio Líquido negativo, inclusive, mas sem limitação, aos casos em que investimentos realizados na Sociedade Investida tenham perdido seu valor, os credores do **FUNDO**, os Cotistas e/ou a própria CVM poderão requerer judicialmente a decretação de insolvência do **FUNDO**, nos termos do Código Civil e da legislação e regulamentação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades dos prestadores de serviço do **FUNDO**.

Prazo de Duração

2.7. O **FUNDO** é representado, na presente data, por classe única de Cotas. Durante o Prazo de Duração,

poderão ser constituídas novas classes, que terão patrimônio segregado e direitos e obrigações distintos, nos termos do Artigo 5º da Resolução CVM 175, mediante aprovação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas.

2.8. Para fins da Resolução CVM 175, todas as referências ao **FUNDO** neste Regulamento serão entendidas como referências à classe única de Cotas. Uma vez que o **FUNDO** é constituído com classe única de Cotas, o presente Regulamento não conta com um anexo descritivo da referida classe. Este Regulamento abrange todas as informações sobre a classe única de Cotas, nos termos da Resolução CVM 175.

2.9. O Fundo permanecerá em existência pelo seu Prazo de Duração.

2.10. O **ADMINISTRADOR** manterá o **FUNDO** em funcionamento após o Prazo de Duração, independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas, caso ainda vigorem direitos e obrigações contratuais principais e acessórias, parcelas a receber, *earn-outs*, contingências ativas e passivas, valores mantidos pelo **FUNDO** para fazer frente a tais contingências passivas, valores em contas *escrow* ou vinculadas e valores a indenizar pelo **FUNDO** relativamente a desinvestimentos do **FUNDO**, os quais, ao final do Prazo de Duração, não tenham seus prazos contratuais ou de prescrição e/ou decadência legalmente transcorridos.

2.10.1. Na hipótese de necessidade de manutenção do **FUNDO** em funcionamento após o Prazo de Duração, conforme disposto acima, manter-se-ão provisionados recursos suficientes para o pagamento de toda e qualquer despesa do **FUNDO** que seja necessária para sua manutenção após o Prazo de Duração nos termos acima, incluindo a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance, sob pena de liquidação do **FUNDO** com a respectiva transmissão de eventuais direitos e obrigações remanescentes aos Cotistas na qualidade de sucessores naturais. Na data de liquidação do **FUNDO**, eventuais valores provisionados nos termos deste item que não tenham sido utilizados para o pagamento das obrigações remanescentes do **FUNDO** que ensejem a necessidade de sua manutenção após o Prazo de Duração serão distribuídos aos Cotistas na proporção de suas Cotas.

Responsabilidade dos prestadores de serviços

2.11. Nos termos do Artigo 1.368-D do Código Civil, sem prejuízo dos deveres de monitoramento e acompanhamento do **ADMINISTRADOR** e do **GESTOR**, cada prestador de serviço contratado em nome do **FUNDO** é o único responsável por suas ações e/ou omissões decorrentes do cumprimento e/ou descumprimento de suas obrigações perante o **FUNDO**, e respondem exclusivamente perante o **FUNDO**, os Cotistas, terceiros e as autoridades, não sendo o **ADMINISTRADOR**, o **GESTOR** e os demais prestadores de serviço contratados em nome do **FUNDO** responsáveis solidários pelo cumprimento e/ou descumprimento das obrigações uns dos outros e/ou dos demais prestadores de serviço contratados em nome do **FUNDO**.

2.12. O **ADMINISTRADOR**, o **GESTOR** e os demais prestadores de serviços contratados em nome do **FUNDO** respondem perante a CVM, os Cotistas e quaisquer terceiros, na esfera de suas respectivas competências, sem solidariedade entre si ou com o **FUNDO**, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao presente Regulamento ou às disposições regulamentares aplicáveis.

2.13. Nos termos do Artigo 1.368-E do Código Civil, o **ADMINISTRADOR**, o **GESTOR** e os demais prestadores de serviço do **FUNDO** não respondem pelas obrigações legais e contratuais assumidas pelo **FUNDO**, mas respondem pelos prejuízos que causarem ao **FUNDO** quando procederem com dolo ou má-fé, desde que comprovado por sentença judicial e/ou arbitral, conforme aplicável, transitada em julgado.

III. DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Objetivo do FUNDO

3.1. O objetivo do **FUNDO** é proporcionar a seus Cotistas a valorização de suas Cotas mediante a aplicação de, no mínimo, 90% (noventa por cento) do seu patrimônio líquido em ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em

ações, bem como títulos e valores mobiliários representativos de participação de emissão da Sociedade Alvo, incluindo outros títulos e valores mobiliários conversíveis em participações.

3.1.1. Incluem-se no cômputo dos percentuais estabelecidos no item 3.1 acima, os valores:

- (i) destinados ao pagamento de encargos, observado o disposto no Capítulo XIV, desde que limitados a 5% (cinco por cento) do Capital Comprometido;
- (ii) decorrentes de operações de desinvestimento do **FUNDO**: (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos; (b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último Dia Útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos; ou (c) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; e
- (iii) a receber decorrentes da alienação a prazo de participações na Sociedade Investida.

3.2. O **FUNDO** não poderá investir em debêntures simples.

3.3. O **FUNDO** não poderá manter, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido, ressalvados desse limite os títulos públicos e as debêntures conversíveis em ações.

3.4. Os valores mobiliários objeto de investimento pelo **FUNDO** poderão decorrer (i) de emissões primárias, públicas ou privadas; ou (ii) de negociações no mercado secundário, públicas ou privadas, inclusive relativas a processos de recuperação ou reestruturação societárias, por meio dos quais ocorram troca de controle através de negociações com ações já existentes.

Participação no processo decisório da Sociedade Investida

3.5. O **FUNDO**, representado pelo **GESTOR**, participará do processo decisório da Sociedade Investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão. A participação do **FUNDO** no processo decisório da Sociedade Investida poderá ocorrer (i) pela detenção de ações que integrem o seu bloco de controle; (ii) pela celebração de acordo de acionistas; ou (iii) pela celebração qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure ao **FUNDO** efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive por meio da indicação de membros do conselho de administração, a exclusivo critério do **GESTOR**.

3.6. A participação do **FUNDO** no processo decisório da Sociedade Investida será dispensada quando (i) o investimento do **FUNDO** na sociedade for reduzido a menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da Sociedade Investida; ou (ii) o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja deliberação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas mediante aprovação da maioria das Cotas subscritas presentes.

3.7. O requisito de efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Sociedade Investida não se aplica àquelas listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado ao mercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que correspondam a até 35% (trinta e cinco por cento) do Capital Comprometido. Tal limite será de 100% (cem por cento) durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido em até 6 (seis) meses contados de cada um dos eventos de integralização de Cotas.

3.8. O **GESTOR** deverá garantir que os acordos de acionistas celebrados no âmbito das operações em que o **FUNDO** não detenha a participação majoritária da Sociedade Investida prevejam (i) mecanismos para que seja exercida a efetiva influência do **FUNDO** na administração da Sociedade Investida; e (ii) a opção de venda da totalidade dos ativos previstos no item 3.1 de emissão da Sociedade Investida detidos pelo **FUNDO**

caso ocorram alterações no controle da Sociedade Investida (*tag along*).

Operações com o **ADMINISTRADOR**, **GESTOR** ou Cotistas

3.9. Salvo se aprovado em Assembleia Geral de Cotistas, é vedada a aplicação de recursos do **FUNDO** em títulos e valores mobiliários de sociedades nas quais participem (i) o **ADMINISTRADOR**, o **GESTOR**, os membros de comitês ou conselhos eventualmente criados pelo **FUNDO** e Cotistas titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio do **FUNDO**, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo **FUNDO**, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou (b) façam parte da diretoria, de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da sociedade emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo **FUNDO**, antes do primeiro investimento por parte do **FUNDO**.

3.10. É igualmente vedada a realização de operações, pelo **FUNDO**, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso “(i)” do item 3.9 acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e ou geridos pelo **ADMINISTRADOR** ou **GESTOR**, salvo se (i) aprovado em Assembleia Geral de Cotistas; e/ou (ii) o **ADMINISTRADOR** ou **GESTOR** atuarem (a) como administrador ou gestor de fundos investidos ou na condição de contraparte do **FUNDO**, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do fundo; e (b) como administrador ou gestor de fundo investido, desde que expresso em regulamento e quando realizado por meio de fundo que invista, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) em um único fundo.

3.11. O disposto no item 3.10 acima não se aplica quando o **ADMINISTRADOR** ou **GESTOR** do **FUNDO** atuar: (i) como administrador ou gestor de fundos investidos ou na condição de contraparte do **FUNDO**, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do **FUNDO**; (ii) como administrador ou gestor de fundo investido, desde que expresso em regulamento e quando realizado por meio de fundo que invista, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) em um único fundo; e (iii) para viabilizar o investimento do **FUNDO** na Sociedade Alvo, nos termos deste Regulamento.

Requisitos de governança corporativa da Sociedade Investida

3.12. A Sociedade Investida deverá seguir as práticas de governança previstas no Artigo 8º do Anexo Normativo IV.

i. Se tratando de companhia fechada, o **GESTOR** somente poderá realizar o investimento na Sociedade Alvo desde que observe as seguintes práticas de governança, nos termos do Artigo 8º do Anexo Normativo IV:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de um mandato unificado de até 2 (dois) anos para todo o Conselho de Administração, quando existente;
- (iii) disponibilização para os acionistas de contratos com Partes Relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- (iv) adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, obrigar-se, perante o **FUNDO**, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas nos incisos anteriores; e

(vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

3.13. Em nenhuma hipótese, durante o Prazo de Duração do **FUNDO**, a Sociedade Investida estará dispensada do cumprimento das práticas de governança estabelecidas neste Regulamento ou que venham a ser estabelecidas pela regulamentação vigente.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs

3.14. O **FUNDO** poderá realizar adiantamentos para futuro aumento de capital na Sociedade Investida – (“**AFAC**”), até o limite de 33% (trinta e três por cento) do Capital Comprometido, desde que (i) o **FUNDO** possua investimento prévio em ações da companhia na data da realização do referido adiantamento; (ii) seja vedada qualquer forma de arrependimento do adiantamento por parte do **FUNDO**; e (iii) o adiantamento seja convertido em aumento de capital da Sociedade Investida no prazo máximo de até 12 (doze) meses contados a partir do aporte. Não obstante o disposto acima, a realização de AFAC pelo **FUNDO** estará limitada ao montante disponível de Capital Comprometido que ainda não tenha sido objeto de Chamadas de Capital.

Gestão de Caixa do FUNDO

3.15. As sobras de caixa do **FUNDO**, apuradas ao final de cada dia, serão integralmente destinadas a investimentos líquidos, por meio da aquisição de (i) títulos públicos federais; (ii) títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens anteriores; e (iv) cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa Referenciado” ou “Renda Fixa Curto Prazo”, considerados de alta liquidez pelo **GESTOR**, podendo tais fundos ser administrados e/ou geridos pelo **ADMINISTRADOR** ou pelo **GESTOR**.

Operações com Derivativos

3.16. É vedado ao **FUNDO** realizar operações com derivativos, exceto nas hipóteses previstas no §3º do Artigo 9º do Anexo Normativo IV .

Desenquadramento Passivo

3.17. Caso o **FUNDO**, por motivos alheios à vontade do **ADMINISTRADOR** ou do **GESTOR**, ultrapasse os limites de enquadramento previstos neste Regulamento no encerramento do respectivo mês e tal desenquadramento perdure quando do encerramento do mês seguinte, o **ADMINISTRADOR** deve (i) comunicar à CVM imediatamente a ocorrência de desenquadramento passivo, com as devidas justificativas, bem como previsão para reenquadramento; e (ii) comunicar à CVM o reenquadramento da Carteira, no momento em que ocorrer.

Desenquadramento Ativo

3.18. O **GESTOR** terá até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à data de cada integralização de Cotas por qualquer dos Cotistas no âmbito de cada Chamada de Capital para enquadrar a Carteira aos limites de sua política de investimento, conforme disposto neste Regulamento.

3.19. Em caso de oferta pública de Cotas registrada na CVM nos termos da regulamentação específica, o prazo máximo referido no item 3.18 acima será considerado a partir da data de encerramento da respectiva oferta.

3.20. Depois de ultrapassado o prazo acima referido sem que a Carteira tenha sido enquadrada aos limites de sua política de investimento, o **ADMINISTRADOR** imediatamente comunicará à CVM na forma do item 3.17 acima.

3.21. Independentemente da comunicação à CVM, o **GESTOR** deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos, reenquadrar a Carteira, ou solicitar ao **ADMINISTRADOR** a devolução dos valores que ultrapassem o limite estabelecido aos Cotistas que tiverem integralizado a última

Chamada de Capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada.

3.22. Na hipótese de devolução do Capital Investido na forma do item 3.21 acima, o montante devolvido aos Cotistas recomporá o montante do Capital Comprometido para integralização de novas Chamadas de Capital.

Períodos de Investimento e Desinvestimento

3.23. O **FUNDO** realizará os investimentos na Sociedade Alvo, primordialmente, durante o Período de Investimento, somente sendo admitida a realização de Chamadas de Capital e investimentos na Sociedade Alvo fora do Período de Investimento sempre limitado ao valor disponível do Capital Comprometido que ainda não tenha sido objeto de Chamadas de Capital, nas seguintes hipóteses:

- (i) caso o **FUNDO** tenha previamente se comprometido, durante o Período de Investimento, mediante contrato de aporte, compromisso de investimento ou documento semelhante, a realizar investimentos na Sociedade Alvo;
- (ii) para o pagamento de despesas do **FUNDO** e outros custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações da Sociedade Investida, inclusive tributos e contingências;
- (iii) para a aquisição de valores mobiliários emitidos pela Sociedade Investida, com a finalidade de impedir a diluição dos investimentos já realizados ou a perda do controle ou do valor dos ativos da Sociedade Investida, conforme o caso; ou
- (iv) caso haja aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

3.24. Findo o Período de Investimento, o **GESTOR** deverá buscar as melhores estratégias para a alienação dos investimentos do **FUNDO**.

3.25. Durante o Período de Desinvestimento, o **FUNDO** não realizará novos investimentos, ressalvado o disposto neste Regulamento, e envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento total do **FUNDO**, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento, tais como venda para empresas nacionais e/ou internacionais de grande porte, venda para investidores financeiros (como fundos de *private equity*), e venda em bolsa de valores, que, conforme conveniência e oportunidade, levarão em consideração sempre o melhor interesse do **FUNDO**.

3.26. Excepcionalmente, consideradas as oportunidades de mercado, o **GESTOR** poderá realizar a alienação de ativos do **FUNDO** dentro do Período de Investimento.

Operações de Empréstimo

3.27. O **FUNDO** não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, salvo (i) na hipótese de que trata o Artigo 10 do Anexo Normativo IV; (ii) nas modalidades estabelecidas pela CVM; ou (iii) para fazer frente ao inadimplemento de Cotistas que deixem de integralizar suas Cotas subscritas, o qual passará a ser considerado um Cotista Inadimplente para fins deste Regulamento.

3.28. A contratação de empréstimo de que trata o inciso “(iii)” do item 3.27 acima somente poderá ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento do respectivo Compromisso de Investimento previamente assumido perante o **FUNDO**.

Política de Coinvestimento

3.29. A critério do **GESTOR**, e observadas as disposições deste Regulamento, os investimentos do **FUNDO** na Sociedade Investida poderão ser realizados em conjunto com outros investidores, sejam financeiros e/ou estratégicos, incluindo mas não se limitando a, os Cotistas diretos ou indiretos do **FUNDO**, bem como outros veículos ou fundos de investimento geridos ou administrados pelo **GESTOR** e/ou pelo **ADMINISTRADOR**

(“Coinvestimento”), observado que não poderão ser realizados Coinvestimentos em conjunto com o **ADMINISTRADOR**. As oportunidades de Coinvestimento poderão ser oferecidas por meio (i) da aquisição de novas Cotas do **FUNDO**; (ii) da aquisição de cotas ou participação em outros veículos de investimento indicados pelo **GESTOR**; ou (iii) de investimentos pelos coinvestidores na própria Sociedade Alvo ou Sociedade Investida, conforme o caso.

3.30. O **GESTOR** definirá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, o valor do Coinvestimento que será oferecido, bem como as regras aplicáveis a cada Coinvestimento, incluindo, mas não se limitando, à (i) concessão de direito de preferência aos Cotistas diretos ou indiretos do **FUNDO** para participação no Coinvestimento; (ii) efetivação de Coinvestimentos por meio de entidades afiliadas do **GESTOR**; e (iii) definição sobre a necessidade de reunir os investidores que tenham manifestado interesse em participar das oportunidades de Coinvestimento oferecidas pelo **GESTOR** em veículos de investimento paralelos.

3.30.1. Na hipótese de reunião de investidores participantes das oportunidades de Coinvestimento em veículo de investimento paralelo, estruturado e gerido pelo **GESTOR** ou uma de suas afiliadas, o valor das taxas cobradas por referido veículo de investimento poderá ser menor do que aquelas praticadas pelo **FUNDO**.

3.31. A decisão do **GESTOR** em relação às oportunidades de Coinvestimento levará em consideração: (i) a fonte da operação; (ii) as políticas de investimento do **FUNDO** e de outros veículos ou fundos de investimento; (iii) os valores relativos de capital disponíveis para investimento pelo **FUNDO**; (iv) a natureza e a extensão da operação; e (v) outros aspectos entendidos como relevantes pelo **GESTOR**.

Reinvestimentos

3.32. O **FUNDO** não realizará reinvestimentos de recursos.

IV. DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

ADMINISTRADOR e GESTOR

4.1. O **FUNDO** é administrado pelo **ADMINISTRADOR** e gerido pelo **GESTOR**.

4.2. O **ADMINISTRADOR** tem o poder e o dever de, exceto naquilo em que o **FUNDO** for representado pelo **GESTOR**, praticar todos os atos necessários ou inerentes à administração do **FUNDO**, observadas as limitações legais e regulamentares em vigor, bem como o disposto neste Regulamento.

4.3. Os deveres fiduciários do **ADMINISTRADOR** e do **GESTOR** constituem obrigação de meio e não de resultado.

4.4. As atividades de escrituração, controle, processamento e os serviços de custódia e tesouraria dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do **FUNDO** serão desempenhados pelo Custodiante, ou por terceiros devidamente habilitados por ele contratados, em nome do **FUNDO**.

4.5. A distribuição de Cotas do **FUNDO** poderá ser realizada por entidades integrantes do sistema de distribuição contratadas pelo **ADMINISTRADOR** em nome do **FUNDO**.

4.6. Os serviços de auditoria serão prestados ao **FUNDO** por auditores independentes devidamente autorizados pela CVM para o exercício dessa atividade.

4.7. Na data de aprovação deste Regulamento, o **ADMINISTRADOR** declara que tem completa independência no exercício de suas funções e não se encontra em situação que possa configurar Conflito de Interesses com relação ao **FUNDO** e/ou aos Cotistas. O **ADMINISTRADOR** deverá informar aos Cotistas qualquer evento que venha a colocá-lo em situação que possa configurar Conflito de Interesses com relação ao **FUNDO** e/ou aos Cotistas.

Poderes de Gestão

4.8. Caberá ao **GESTOR** realizar a gestão profissional dos ativos integrantes da Carteira do **FUNDO**, com poderes para (i) negociar e contratar, em nome do **FUNDO**, os ativos e os intermediários para realizar operações, representando o **FUNDO**, para todos os fins de direito, para essa finalidade; (ii) negociar e contratar, em nome do **FUNDO**, terceiros para a prestação de serviços de assessoria e consultoria relacionados diretamente com o investimento ou o desinvestimento nos ativos de emissão da Sociedade Alvo, conforme estabelecido na política de investimento prevista neste Regulamento; (iii) coordenar a *due diligence* da Sociedade Alvo; (iv) obter informações financeiras e mercadológicas sobre a Sociedade Alvo, visando à elaboração de demonstrativos financeiros, relatórios e pareceres referentes às operações e resultados do **FUNDO** para atendimento das disposições da Resolução CVM 175 e do presente Regulamento; e (v) monitorar os ativos investidos pelo **FUNDO** e exercer o direito de voto decorrente desses ativos, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observado o disposto na sua política de voto.

4.8.1. A metodologia utilizada pelo **GESTOR** para rateio de ordens entre o **FUNDO** e outros veículos de investimento sob gestão do **GESTOR** está descrita na Política de Rateio e Divisão de Ordens do **GESTOR**, disponível em seu *website*: www.ebcapital.com.br.

4.9. Observado o disposto neste Regulamento, a competência do **GESTOR** para gerir a Carteira engloba as atribuições de seleção, avaliação, negociação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos e às modalidades operacionais que integrem a Carteira, tendo poderes para representá-lo, para todos os fins de direito, no cumprimento de suas atribuições.

4.10. O **GESTOR** praticará os atos previstos nos itens 4.8 e 4.9 acima observando as disposições deste Regulamento e, quando aplicáveis, as determinações da Assembleia Geral de Cotistas.

4.11. Na data de aprovação deste Regulamento, o **GESTOR** declara que tem completa independência no exercício de suas funções e não se encontra em situação que possa configurar Conflito de Interesses com relação ao **FUNDO** e/ou aos Cotistas. O **GESTOR** deverá informar aos Cotistas qualquer evento que venha a colocá-lo em situação que possa configurar Conflito de Interesses com relação ao **FUNDO** e/ou aos Cotistas.

4.12. O **GESTOR**, observando o seu dever fiduciário perante o **FUNDO**, poderá, a seu exclusivo critério, direta ou indiretamente, estruturar outros veículos ou fundos de investimento com objetivos similares aos do **FUNDO**.

Equipe Chave do GESTOR

4.13. O **GESTOR** deverá manter em seu quadro de executivos, atuando de forma preponderante nas atividades diárias do **GESTOR**, pelo Prazo de Duração, os seguintes executivos-chave: (a) Eduardo Sirotsky Melzer; e (b) Pedro Pullen Parente ("Equipe Chave").

- (i) Durante o Prazo de Duração, os membros da Equipe Chave deverão dedicar parcela preponderante de seus respectivos tempos executivos disponíveis às atividades do **GESTOR**. Não obstante o acima disposto, os membros da Equipe Chave poderão ocupar conselhos, comitês ou quaisquer órgãos de sociedades, associações, e/ou entidades de qualquer natureza, relacionados ou não ao **GESTOR** e/ou aos seus fundos de investimento sob gestão, de forma não preponderante.
- (ii) Caso (i) qualquer membro da Equipe Chave seja desligado, por qualquer motivo, ou injustificadamente falhe na dedicação preponderante de seu tempo executivo às atividades do **GESTOR**, nos termos do item "i" acima, e/ou (ii) os membros da Equipe Chave deixem de controlar em conjunto e de deter uma participação majoritária, direta ou indiretamente, no **GESTOR** ("Evento de Membro Chave"), o Período de Investimento deverá ser automaticamente suspenso pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias corridos ("Período de Suspensão"). Nenhum investimento deverá ser realizado durante o Período de Suspensão, exceto com relação aos investimentos que tenham sido firmados anteriormente ao Período de Suspensão.

- (iii) Quando da ocorrência de um Evento de Membro Chave, de acordo com o item “(ii)” acima, o **GESTOR** deverá informar o **ADMINISTRADOR**, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência do evento, acerca da ocorrência do Evento de Membro Chave. Neste caso, o **ADMINISTRADOR** deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para (i) apresentar um substituto adequado para aprovação dos mesmos, com qualificações pelo menos equivalentes às qualificações do membro que tenha deixado a Equipe Chave; ou (ii) apresentar um novo sócio que controle e detenha uma participação majoritária, direta ou indiretamente, no **GESTOR**. A Assembleia Geral de Cotistas que aprovará o substituto deverá ser realizada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data do início do Período de Suspensão, observado que tal aprovação exigirá a votação de Cotistas que representem, no mínimo, a maioria das Cotas subscritas.

4.14. Sem prejuízo às disposições de Equipe Chave acima, para a prestação dos serviços de gestão da Carteira, o **GESTOR** contará com o envolvimento de uma equipe qualificada a ser composta, pelo menos, por um diretor, um analista sênior e um analista júnior pertencentes ao quadro de colaboradores do **GESTOR**.

Deveres e Obrigações do ADMINISTRADOR

4.15. O **ADMINISTRADOR** estará obrigado a observar os deveres e obrigações previstas neste Regulamento e no Artigo 104 da parte geral da Resolução CVM 175 e Artigo 25 do Anexo Normativo IV.

Deveres e Obrigações do GESTOR

4.16. O **GESTOR** está obrigado a observar os deveres e obrigações previstas neste Regulamento, no Artigo 105 da parte geral da Resolução CVM 175, no Artigo 26 do Anexo Normativo IV e no Código ANBIMA.

Vedações Aplicáveis ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR

4.17. O **ADMINISTRADOR** e **GESTOR** deverão se abster de praticar os atos previstos no Artigo 101 da parte geral da Resolução CVM 175 e no Artigo 27 do Anexo Normativo IV.

V. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE GESTÃO

5.1. O **FUNDO** pagará a Taxa de Administração ao **ADMINISTRADOR** e a Taxa de Gestão ao **GESTOR**.

Da Taxa de Administração

5.2. Pela prestação dos serviços referidos no item 5.3, prestados pelo **ADMINISTRADOR**, será devida pelo **FUNDO** a remuneração equivalente aos percentuais indicados abaixo, incidentes sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO** (em conjunto, a “Taxa de Administração”):

Serviços	Patrimônio Líquido do FUNDO	Percentual da Remuneração
Administração, custódia e controladoria	Até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)	0,10% (dez centésimos por cento) ao ano
	Igual ou acima de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)	0,08% (oito centésimos por cento) ao ano
Escrituração	Qualquer valor de Patrimônio Líquido	0,02% (dois centésimos por cento) ao ano

- (i) Não obstante o disposto na tabela acima, o valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$10.000,00 (dez mil reais), estando limitado ao valor máximo mensal de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Os valores mínimo e máximo ora estipulados serão reajustados pelo IPCA (ou por outro índice que vier à substituí-lo) desde a data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas.

(ii) A Taxa de Administração será arcada por todas as Cotas, independentemente da Subclasse.

5.3. A Taxa de Administração compreende todos os serviços relacionados à manutenção e funcionamento do **FUNDO**, incluindo custódia, controladoria e escrituração, conforme mencionado acima, mas não incluindo serviços de consultoria especializada, auditoria independente do **FUNDO**, tampouco taxas cobradas pela CVM ou entidades autorreguladoras.

5.4. Para fins do Artigo 98 da parte geral da Resolução CVM 175 e observado o disposto no §2º do referido Artigo, a taxa máxima de administração do **FUNDO** será equivalente à Taxa de Administração.

Da Taxa de Gestão

5.5. O **GESTOR** fará jus ao recebimento da Taxa de Gestão devida exclusivamente pelos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C, calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita nos itens abaixo:

- (i) Durante o Período de Investimento, (i) com relação às Cotas Subclasse B, será aplicável o percentual de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Investido pelos Cotistas Subclasse B; e (ii) com relação às Cotas Subclasse C, será aplicável o percentual de 2,00% (dois por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Capital Comprometido pelos Cotistas Subclasse C; em ambos os casos a ser devida a partir da data da primeira integralização de Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C, conforme o caso, de forma *pro rata temporis* à data da primeira integralização de Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C; devendo, para tanto, na periodicidade prevista no item 5.7 abaixo, ser paga a Taxa de Gestão incidente sobre: (i) o valor do respectivo Capital Investido pelos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C, calculada diariamente, por Dia Útil, relativamente ao mês anterior; e (ii) adicionalmente, nos meses imediatamente subsequentes àqueles em que haja integralizações decorrentes das Chamadas de Capital, o valor total do Capital Investido ao longo do mês anterior, calculado *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização de Cotas até a data da integralização de Cotas correspondente.
- (ii) Após o Período de Investimento, (i) com relação às Cotas Subclasse B, o percentual de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o Capital Investido do **FUNDO**, subtraído de parcelas eventualmente amortizadas; e (ii) com relação às Cotas Subclasse C, o percentual de 2,00% (dois por cento) ao ano, calculado sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

5.5.1. Os percentuais indicados no item 5.5 correspondem ao percentual total a ser desembolsado pelas respectivas Subclasses de Cotistas, os quais compreendem a somatória da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão, calculadas e provisionadas de acordo com os itens 5.2 e 5.5, respectivamente.

5.5.2. Da Taxa de Gestão deverá ser descontada a parcela da Taxa de Administração atribuível às Cotas Subclasse B e às Cotas Subclasse C.

5.6. As Cotas Subclasse A não farão frente ao pagamento da Taxa de Gestão.

5.7. Para fins do Artigo 98 da parte geral da Resolução CVM 175 e observado o disposto no §2º do referido Artigo, a taxa máxima de gestão do **FUNDO** será equivalente à Taxa de Gestão.

5.8. A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão serão calculadas à base de 1/252 (um inteiro, duzentos e cinquenta e dois avos), devendo ser provisionadas diariamente como despesa do **FUNDO** e pagas mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, com os próprios recursos da Carteira.

5.9. A Taxa de Administração será dividida entre os prestadores de serviço do **FUNDO** na forma descrita neste Regulamento e será paga diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados.

5.10. Além da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão estabelecidas neste Regulamento, o **FUNDO** estará sujeito às taxas de administração e de gestão dos fundos em que eventualmente venha a investir,

observando o disposto nos itens 5.4 e 5.7.

Da Taxa Máxima de Distribuição

5.11. Tendo em vista que não há distribuidores das Cotas que prestem serviços de forma contínua ao **FUNDO**, o presente Regulamento não prevê uma taxa máxima de distribuição, nos termos do Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2023/CVM/SIN/SSE. A remuneração dos distribuidores que venham a ser contratados e remunerados pontualmente, a cada nova emissão de Cotas, será prevista nos documentos da respectiva oferta, conforme a Resolução CVM 160. A remuneração dos distribuidores que venham a ser contratados e remunerados pontualmente, a cada nova emissão de Cotas, será prevista nos documentos da respectiva oferta, conforme a Resolução CVM 160 e não está incluída na Taxa Máxima de Distribuição.

VI.DA TAXA DE PERFORMANCE E DO FLUXO DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

6.1. O **GESTOR** fará jus à Taxa de Performance a ser paga pelos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C, equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade positiva total obtida pelos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C, desde que tais Cotistas tenham recebido no mínimo, a título de amortização de suas Cotas, seu Capital Investido corrigido pela Rentabilidade Preferencial. Para tanto, o pagamento da Taxa de Performance observará o fluxo de distribuição de resultados do Fundo conforme previsto nos itens abaixo.

Fluxo de Distribuições e Catch Up – Pagamento Prioritário

- (i) Distribuição do Capital Investido: Primeiro, todo e qualquer recurso recebido pelo **FUNDO** em contrapartida à realização dos seus investimentos na Sociedade Investida serão destinados à amortização de Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C, até que todos os Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C tenham recebido valor correspondente a sua respectiva parcela do Capital Investido.
- (ii) Distribuição de Rentabilidade Preferencial: Após a Distribuição do Capital Investido nos termos do item (i) acima, todo e qualquer recurso recebido pelo **FUNDO** em contrapartida à realização dos seus investimentos na Sociedade Investida serão destinados à amortização de Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C, até que todos os Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C tenham recebido, em conjunto com o item (i), valor correspondente ao Capital Investido corrigido pela Rentabilidade Preferencial.
- (iii) Pagamento Prioritário: Após a distribuição de Rentabilidade Preferencial, todo e qualquer recurso recebido pelo **FUNDO** em contrapartida à realização dos seus investimentos na Sociedade Investida atribuível às Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C, após a dedução de despesas e encargos do **FUNDO** proporcionalmente atribuídas às Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C, será destinado exclusivamente ao Pagamento Prioritário da Taxa de Performance ao **GESTOR**, com a finalidade de remunerá-lo pelo desempenho distribuído anteriormente a título de Rentabilidade Preferencial para os Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C. O Pagamento Prioritário será realizado até que o **GESTOR** tenha recebido valor equivalente a 20% (vinte por cento) da soma dos valores (a) distribuídos aos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C a título de Rentabilidade Preferencial, e (b) distribuídos ao **GESTOR** a título de Pagamento Prioritário. Ou seja, o Pagamento Prioritário será realizado até que a proporção entre (a) o valor distribuído a título de Rentabilidade Preferencial para os Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C, e (b) o valor pago ao **GESTOR** a título de Pagamento Prioritário, seja equivalente a 80% (oitenta por cento) e 20% (vinte por cento), respectivamente.
- (iv) Após atingido o limite do Pagamento Prioritário mencionado acima, todo e qualquer recurso recebido pelo **FUNDO** em contrapartida à realização dos seus investimentos na Sociedade Investida atribuível às Cotas Subclasse B e Cotas Subclasse C, deduzidas as despesas e encargos do **FUNDO** proporcionalmente atribuídos às Cotas Subclasse B e às Cotas Subclasse C, serão divididos da seguinte forma: 80% (oitenta por cento) de tais recursos serão ser destinados à amortização de Cotas Subclasse B e de Cotas Subclasse C, e 20% (vinte por cento) de tais recursos serão destinados ao **GESTOR**, a título de Taxa de Performance, sendo certo que a Taxa de Performance não poderá,

em nenhuma hipótese, exceder 20% (vinte por cento) da diferença entre (i) o total de recursos distribuídos aos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C durante todo o Prazo de Duração através de amortizações ou da sua liquidação; e (ii) o Capital Investido pelos Cotistas Subclasse B e Cotistas Subclasse C.

(v) As Cotas Subclasse A não farão frente ao pagamento da Taxa de Performance.

6.2. Para fins meramente exemplificativos e dirimir eventuais dúvidas, o **Anexo I** apresenta uma planilha com simulação dos cálculos do Pagamento Prioritário (*Catch-Up*) e da Taxa de Performance descritos na Cláusula 6.1 acima.

6.3. A Taxa de Performance será provisionada diariamente.

VII. DAS TAXAS DE CUSTÓDIA, INGRESSO E SAÍDA

7.1. A taxa de custódia a ser cobrada do **FUNDO**, já incluída na Taxa de Administração, corresponderá ao valor máximo de 0,001% (um milésimo por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO**, reajustado pelo IPCA desde a data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas.

7.2. Ressalvado o disposto no item 7.3 abaixo, o **FUNDO** poderá cobrar taxa de ingresso, em valor a ser estipulado no ato do **ADMINISTRADOR** ou pela Assembleia Geral que aprovar a emissão, conforme o caso.

7.3. Relativamente à 1ª Emissão, o **FUNDO** cobrará taxa de ingresso de acordo com o disposto a seguir:

(i) após o 6º (sexto) mês de aniversário da data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão e até o 12º (décimo segundo) mês de aniversário da data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão, qualquer Cotista que venha a subscrever Cotas ficará obrigado a pagar uma taxa de ingresso correspondente a (i) o produto da multiplicação (a) da Rentabilidade Preferencial acumulada desde a data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão até a data da subscrição pelo referido Cotista por (b) o valor subscrito pelo Cotista, acrescido (ii) dos valores correspondentes à Taxa de Gestão, Taxa de Administração, Taxa de Performance devidas, conforme aplicável, e demais despesas e encargos do **FUNDO** incorridos e/ou provisionados desde a data do encerramento do 2º (segundo) Dia Útil subsequente à data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão até a data da respectiva subscrição de Cotas, calculados de forma proporcional às respectivas participações no **FUNDO**, como se os Novos Cotistas tivessem subscrito suas Cotas desde a data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão, sendo certo que o montante em questão será revertido em benefício exclusivo do Patrimônio Líquido do **FUNDO**; e

(ii) A partir do 12º (décimo segundo) mês de aniversário da data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão e até que a distribuição pública das Cotas objeto da 1ª Emissão seja encerrada, qualquer Cotista que venha a subscrever Cotas ficará obrigado a pagar uma taxa de ingresso correspondente a, o que for maior:

(A) o produto da multiplicação (a) da Rentabilidade Preferencial acumulado desde a data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão até a data da subscrição pelo referido Cotista por (b) o valor subscrito pelo Cotista, acrescido dos valores correspondentes à Taxa de Gestão, Taxa de Administração, Taxa de Performance devidas, conforme aplicável, e demais despesas e encargos do **FUNDO** incorridos e/ou provisionados desde a data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão até a data da respectiva subscrição de Cotas, calculados de forma proporcional às respectivas participações no **FUNDO**, como se os Novos Cotistas tivessem subscrito suas Cotas desde a data da 1ª (primeira) integralização de Cotas da 1ª Emissão, sendo certo que o montante em questão será revertido em benefício exclusivo do Patrimônio Líquido do **FUNDO**; ou

(B) o produto da subtração (a) do valor por Cota apurado com base em laudo de avaliação do Patrimônio Líquido do **FUNDO** elaborado por uma empresa de auditoria independente que

venha a ser contratada pelo **ADMINISTRADOR**, conforme orientação do **GESTOR**, para a prestação de tais serviços, pelo (b) preço de emissão unitário por Cota objeto da 1ª Emissão, sendo certo que o montante em questão será revertido em benefício exclusivo do Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

7.3.1. Não será cobrada Taxa de Ingresso para investidores que realizem comprometimentos em Cotas até o 6º (sexto) mês de aniversário da 1ª integralização de Cotas da 1ª Emissão.

7.3.2. O **FUNDO** não cobrará taxa de saída.

VIII. DA SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR

Renúncia, Descredenciamento e Destituição

8.1. O **ADMINISTRADOR** e/ou o **GESTOR**, conforme aplicável, deixará de administrar e/ou gerir o **FUNDO** nas seguintes hipóteses:

- (i) renúncia unilateral, mediante aviso endereçado a cada Cotista;
- (ii) caso a CVM, no uso de suas atribuições legais, descredencie o **ADMINISTRADOR** ou o **GESTOR** para o exercício da atividade de administração de carteira de valores mobiliários; e/ou
- (iii) caso a Assembleia Geral de Cotistas destitua o **ADMINISTRADOR** ou o **GESTOR** escolhendo um substituto.

8.2. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, o **ADMINISTRADOR** convocará, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger o substituto, a se realizar no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da renúncia ou descredenciamento, sendo também facultado (i) aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, em qualquer caso, (ii) à CVM, nos casos de descredenciamento, ou (iii) a qualquer Cotista caso não ocorra convocação por quaisquer sujeitos citados acima, realizar a convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

8.3. No caso de renúncia, o **ADMINISTRADOR** e/ou o **GESTOR**, conforme o caso, deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de liquidação do **FUNDO** pelo **ADMINISTRADOR**.

8.4. As deliberações sobre a destituição ou substituição do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR**, conforme o caso, deverão ser precedidas do envio, pelos Cotistas, com no mínimo 60 (sessenta) dias corridos de antecedência da data da destituição e/ou substituição, de notificação explicitando os motivos da destituição e/ou substituição e com a indicação, se for o caso, da insatisfação dos Cotistas com o desempenho do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR**, conforme o caso, sendo que tal notificação deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Cotistas, conforme quórum estabelecido nos itens 15.18 a 15.20 deste Regulamento.

Taxa de Administração e/ou Taxa de Gestão devidas no caso de substituição do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR

8.5. Em caso de (i) destituição do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR**, sem Justa Causa, (ii) renúncia do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR**, em decorrência de os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, promoverem qualquer alteração neste Regulamento que inviabilize o cumprimento das estratégias de investimento estabelecidas no Regulamento do **FUNDO** aprovado em 03 de novembro de 2022, (iii) deliberação de fusão, cisão ou incorporação do **FUNDO** por vontade exclusiva dos Cotistas, sem anuência do **GESTOR**, ou (iv) Renúncia Motivada do **GESTOR**, caberá:

- (i) ao **ADMINISTRADOR** e ao **GESTOR**, até a data da sua efetiva substituição, a parcela da Taxa de Administração ou da Taxa de Gestão que lhes couber, de forma *pro rata temporis*, nos termos deste Regulamento, conforme seja o caso; e

- (ii) ao **GESTOR** (a) até a data da sua efetiva substituição, a parcela que lhe couber da Taxa de Performance prevista neste Regulamento, calculada pelo valor justo dos investimentos do **FUNDO** na data da substituição, conforme avaliação de terceiro independente contratado para tanto; e (b) o montante a ser pago a título de Taxa de Performance em decorrência dos investimentos realizados pelo **FUNDO** até a efetiva data de substituição, sendo tal montante repartido entre o **GESTOR** e seu substituto com base no período de tempo de atuação como prestador de serviço do **FUNDO**. Para que não haja dúvidas, o pagamento da Taxa de Performance funcionará da seguinte forma: caso o **FUNDO** tenha prazo de duração de 10 (dez) anos e o **GESTOR** seja substituído após 7 (sete) anos, este fará jus ao recebimento de 70% (setenta por cento) da Taxa de Performance dos investimentos que o **FUNDO** realizou, cabendo o restante a seu substituto.
- (iii) Para fins deste Regulamento, a “Renúncia Motivada do GESTOR” será configurada caso (i) os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas e sem concordância do **GESTOR**, promovam qualquer alteração neste Regulamento que, exceto pelo disposto no item 15.2, direta ou indiretamente, (a) altere a política de investimentos do **FUNDO**, o Prazo de Duração, a Taxa de Gestão, a Taxa de Performance, (b) altere os termos, condições e/ou regras relativos à renúncia, incluindo Renúncia Motivada do **GESTOR**, substituição, descredenciamento ou destituição do **GESTOR**, com ou sem Justa Causa, e/ou a Multa por Destituição, (c) altere as competências, poderes, responsabilidades e obrigações do **GESTOR**, e/ou (d) inclua no Regulamento restrições à efetivação, por parte do **GESTOR**, dos investimentos e/ou desinvestimentos realizados nos termos da política de investimentos do **FUNDO**; e/ou (ii) as decisões de investimento e/ou desinvestimento realizadas pelo **GESTOR** sejam questionadas judicial ou administrativamente por um Cotista ou grupo de Cotistas de forma sistemática e reiterada, de modo a inviabilizar o cumprimento das estratégias de investimento estabelecidas na versão do Regulamento aprovada em 03 de novembro de 2022.
- (iv) No caso de destituição do **GESTOR** sem a ocorrência de um evento de Justa Causa atribuível ao **GESTOR**, ou ainda em razão de Renúncia Motivada do **GESTOR**, sem prejuízo das importâncias previstas no item 8.5 acima, o **GESTOR** fará jus, até a data da efetiva cessação dos serviços, a uma multa contratual equivalente a 24 (vinte e quatro) vezes do valor da remuneração devida ao **GESTOR**, apurada no mês subsequente ao do envio da notificação pelo **ADMINISTRADOR** informando sobre a destituição do **GESTOR** sem a ocorrência de um evento de Justa Causa atribuível ou ainda em razão de Renúncia Motivada do **GESTOR** (“Multa por Destituição”).
- (v) A Multa por Destituição será paga diretamente pelo **FUNDO** com recursos disponíveis em caixa no mês subsequente ao da efetiva substituição do **GESTOR**, acrescentando e incorporando-se à Taxa de Gestão para todos os fins.
- (vi) Caso seja substituído com Justa Causa, o **GESTOR** fará jus apenas ao recebimento da parcela que lhe couber da Taxa de Gestão até a data de sua efetiva substituição, na forma do item 8.5(i), acima.

IX. DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

Patrimônio Líquido

- 9.1. O Patrimônio Líquido do **FUNDO** corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.
- 9.2. O Patrimônio Líquido do **FUNDO** será representado por Cotas, que corresponderão a frações ideais de seu patrimônio líquido, assumindo a forma nominativa e escritural e conferindo aos Cotistas direitos e obrigações de acordo com a respectiva Subclasse.

Subclasses de Cotas

- 9.3. O **FUNDO** contará com 4 (quatro) Subclasses de Cotas distintas, sendo elas:
 - (i) Cotas Subclasse A: subclasse de Cotas destinadas exclusivamente a fundos de investimento geridos

pelo **GESTOR** e das quais não serão cobradas a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance, mas será cobrada a Taxa de Administração;

- (ii) Cotas Subclasse B-1: subclasse de Cotas destinadas exclusivamente ao FIM CSHG, das quais serão cobradas a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance;
- (iii) Cotas Subclasse B-2: subclasse de Cotas destinadas exclusivamente a investidores profissionais que sejam geridos ou estejam sob consultoria por empresas do mesmo grupo econômico que o gestor do FIM CSHG, das quais serão cobradas a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance, e em relação às quais o **ADMINISTRADOR**, conforme orientação do **GESTOR**, poderá, a qualquer tempo, efetuar Chamadas de Capital de até 100% (cem por cento) do Capital Subscrito, desproporcionais em relação às demais Subclasses de Cotas; e
- (iv) Cotas Subclasse C: subclasse de Cotas destinada aos Investidores Qualificados que não se enquadrem no grupo de investidores alvo das Cotas Subclasse A e Cotas Subclasse B das quais serão cobradas a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa de Performance.

9.4. As Cotas terão os mesmos direitos políticos, independentemente da Subclasse.

9.5. As amortizações ou resgate de Cotas do **FUNDO** serão sempre realizadas na proporção do valor do Capital Investido.

Investimento Inicial Mínimo por Cotista

9.6. No âmbito da 1ª Emissão, sem prejuízo ao disposto no item 9.3(iii) acima, o investimento inicial mínimo no **FUNDO** por cada Cotista será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), observado que o **GESTOR** poderá estabelecer investimentos mínimos distintos no âmbito de emissões subsequentes de Cotas dentro do Capital Autorizado.

Patrimônio Inicial Mínimo e Primeira Emissão de Cotas

9.7. O patrimônio inicial mínimo do **FUNDO**, qual seja, o montante mínimo a ser subscrito para o funcionamento do **FUNDO**, após a 1ª Emissão de Cotas, será de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

9.8. A 1ª Emissão de Cotas compreenderá a emissão de 600.000 (seiscentas mil) Cotas com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), e foi distribuída pelo **ADMINISTRADOR** por meio de uma oferta pública nos termos da regulamentação aplicável à época, e direcionada exclusivamente a Investidores Profissionais.

Capital Autorizado e Emissões Subsequentes de Cotas

9.9. O **FUNDO** terá um Capital Autorizado de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) podendo, portanto, a critério exclusivo do **GESTOR**, emitir Novas Cotas de qualquer Subclasse, até o referido limite, independentemente da aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, por meio de oferta pública nos termos da Resolução CVM 160, ou por meio de oferta privada, observada a regulamentação aplicável.

- (i) Caberá ao **GESTOR**, a seu exclusivo critério, verificar o montante do capital comprometido do **FUNDO** com o objetivo de definir as proporções a serem observadas em qualquer Coinvestimento.
- (ii) As Novas Cotas poderão ser emitidas em única ou várias emissões, a critério do **GESTOR**, e o saldo eventualmente não colocado em uma determinada emissão, apesar de poder ser cancelado ao final da oferta, recomporá o Capital Autorizado ainda não consumido.
- (iii) Caso o **GESTOR** aprove a emissão de Novas Cotas, deverá comunicar o **ADMINISTRADOR** que, por sua vez, notificará os Cotistas acerca da realização da emissão das Novas Cotas, contendo os termos e condições a serem observados na emissão e distribuição de novas Cotas.

- (iv) O preço de emissão das Novas Cotas será fixado como sendo o maior dos valores a seguir: (i) no valor patrimonial das Cotas, calculado a partir da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas emitidas, apurado em data a ser definida no respectivo instrumento de aprovação da nova emissão; (ii) na soma do valor de aquisição dos ativos detidos pelo **FUNDO**, ou no valor unitário da última emissão de Cotas, em ambos os casos corrigido pela variação do IPCA acrescida de 6% (seis por cento) ao ano; ou (iii) na soma do valor justo dos ativos detidos pelo **FUNDO**, definido em laudo de avaliação preparado especificamente para fins da nova emissão, por terceiros independentes contratados de comum acordo pelo **ADMINISTRADOR** e pelo **GESTOR**, nos termos previstos pela Instrução CVM 579, dividido pelo número de Cotas emitidas. Nos demais casos, o preço de emissão das novas Cotas deverá ser fixado por meio de Assembleia Geral de Cotistas, conforme recomendação do **GESTOR**.
- (v) As emissões de Cotas acima do Capital Autorizado deverão ser necessariamente aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas, que indicará todas as condições da oferta, incluindo se a emissão será realizada como oferta pública ou privada, nos termos deste Regulamento.
- (vi) A cada emissão realizada por meio de oferta pública nos termos da regulamentação aplicável, poderá ser cobrado um Custo Unitário de Distribuição, incidente sobre o valor de subscrição das Cotas emitidas, o qual deverá ser arcado pelos investidores interessados em adquirir as Cotas, e destinado ao pagamento das comissões de coordenação, estruturação e distribuição das Cotas, dentre outras, devidas à entidade responsável pela distribuição das Cotas. O Custo Unitário de Distribuição será fixado a cada emissão do **FUNDO**.
- (vii) As Novas Cotas assegurarão a seus titulares direitos idênticos aos das Cotas já existentes, conforme sua respectiva Subclasse.

Oferta Privada de Cotas

9.10. Nos termos do Artigo 8º da Resolução CVM 160, o **FUNDO** poderá realizar ofertas que não estejam sujeitas à Resolução CVM 160, devendo o **ADMINISTRADOR** observar as instruções do **GESTOR** e emitir as Cotas de acordo com o Boletim de Subscrição e o Compromisso de Investimento assinados pelos Cotistas que desejarem adquirir as novas Cotas.

Oferta Pública de Cotas

9.11. Nas hipóteses previstas na Resolução CVM 160, a respectiva emissão poderá ser considerada uma oferta pública de distribuição e dependerá de prévio registro na CVM, observando o disposto na regulamentação aplicável, devendo ser realizada por instituições intermediárias integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou outras pessoas autorizadas, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.

Direito de Preferência

9.12. Será assegurado aos Cotistas do **FUNDO** direito de preferência para a subscrição de Novas Cotas com relação à sua respectiva Subclasse de Cotas, em proporção à participação de cada Cotista no Capital Comprometido da sua respectiva Subclasse de Cotas, devendo esse direito ser exercido dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da notificação recebida do **ADMINISTRADOR** a respeito da emissão de Novas Cotas.

9.13. Os Cotistas que optarem por exercer tal direito de preferência poderão comunicar, por meio da respectiva manifestação de exercício, o interesse em subscrever as respectivas Cotas e as sobras, caso aplicável, sempre observando a proporção das participações dos Cotistas subscritores no Capital Comprometido da classe única representado pela sua respectiva Subclasse de Cotas.

9.14. Somente após concluído o direito de preferência para subscrição das Cotas e das sobras, caso aplicável, poderão eventuais Cotas que não tenham sido subscritas por Cotistas do **FUNDO** ser destinadas à

colocação ou distribuição para terceiros. O Cotista que vier a exercer o seu direito de preferência, nos termos acima, deverá receber Cotas da mesma Subclasse de Cotas anteriormente detidas.

9.15. Caso um Cotista seja detentor de Cotas de mais de uma Subclasse de Cotas, o exercício do direito de preferência resultará no recebimento de Novas Cotas das mesmas Subclasses que o Cotista alienante estiver ofertando, na mesma proporção das respectivas Cotas anteriormente detidas.

9.16. Não haverá direito de preferência com relação a Cotas negociadas no mercado secundário, seja de forma privada ou em ambiente de negociação da B3.

Subscrição das Cotas e Compromisso de Investimento

9.17. A subscrição de recursos no **FUNDO** será efetivada mediante a celebração de Boletim de Subscrição, assinado pelo subscritor e autenticado pelo **ADMINISTRADOR**, que especificará as respectivas condições de subscrição e integralização das Cotas, e do termo de adesão a este Regulamento, por meio do qual o investidor deverá declarar que tomou conhecimento e compreendeu os termos e cláusulas das disposições do presente Regulamento, em especial daquelas referentes à política de investimento e aos fatores de risco.

9.18. As Cotas deverão ser integralizadas conforme as condições previstas no ato que deliberou pela sua emissão e no respectivo Boletim de Subscrição.

9.19. O Boletim de Subscrição será acompanhado de Compromisso de Investimento, mediante o qual o investidor se obrigará, sob as penas previstas, a integralizar o valor do Capital Comprometido à medida que o **ADMINISTRADOR**, conforme orientação do **GESTOR**, faça Chamadas de Capital de acordo com os prazos, processos decisórios e demais procedimentos estabelecidos no Compromisso de Investimento, observada a previsão de multa e juros legais em caso de atraso na integralização das novas Cotas subscritas.

Chamadas de Capital

9.20. O **ADMINISTRADOR**, consideradas as recomendações do **GESTOR**, enviará notificação de Chamadas de Capital para que os Cotistas integralizem total ou parcialmente suas Cotas, até o limite do Capital Comprometido, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do envio da correspondência.

9.21. Ressalvado o disposto no item 9.22 abaixo, as Chamadas de Capital serão feitas em moeda corrente nacional, de forma proporcional entre as Cotas, considerando o saldo a integralizar do Capital Comprometido de cada Cotista, sem prejuízo do disposto nos itens 9.22 a 9.25 abaixo.

9.22. Não obstante o disposto no item 9.21 acima, as Cotas Subclasse B-2 terão a totalidade de seu Capital Comprometido sendo objeto de Chamada de Capital no âmbito da primeira integralização de Cotas.

9.23. Caso haja novas subscrições de Cotas após a realização da primeira Chamada de Capital, os Novos Cotistas deverão ter suas integralizações no **FUNDO** proporcionalmente equalizadas por meio do processo de Equalização com as integralizações dos Cotistas anteriores, devendo em tais circunstâncias serem observadas as características específicas de cada Subclasse de Cotas. Assim, apenas os Novos Cotistas terão seu capital chamado à integralização até que o processo de Equalização seja finalizado por meio de Chamada(s) de Ajuste.

9.24. As Chamadas de Ajuste serão feitas de forma proporcional ao percentual de Cotas já integralizado pelos Cotistas anteriores, em relação aos respectivos valores de Compromissos de Investimento tanto dos Cotistas anteriores quanto dos Novos Cotistas, devendo em qualquer caso serem observadas as características específicas de cada Subclasse de Cotas. Os referidos valores das Chamadas de Ajuste poderão ser destinados ao pagamento *pro rata* de despesas e encargos acumulados pelo **FUNDO**.

Integralização das Cotas

9.25. As Cotas serão integralizadas mediante transferência eletrônica disponível (TED) ou por meio de

qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, exceto depósito realizado em cheque. O comprovante de transferência, desde que compensado, servirá de comprovante de quitação e recibo de pagamento.

9.26. Será permitida a integralização de Cotas em títulos e valores mobiliários, desde que aprovado pelo **ADMINISTRADOR**, conforme orientação do **GESTOR**, bem como estejam em linha com os termos da política de investimento do **FUNDO** e sejam passíveis de compor a Carteira, tendo em vista a estratégia de gestão adotada, sua cotação ou valor de mercado e sua concentração na Carteira no momento da integralização.

Cotista Inadimplente

9.27. O Cotista que não fizer a integralização de suas Cotas nas condições previstas no Boletim de Subscrição e/ou no Compromisso de Investimento, se for o caso, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito na forma prevista no Boletim de Subscrição ou no Compromisso de Investimento, conforme o caso.

9.28. Sendo adotado o mecanismo de Chamada de Capital, para fins de constituição do Cotista em mora em caso de inadimplemento, cada Chamada de Capital será considerada uma obrigação isolada, verificando-se a mora no dia imediatamente subsequente à data limite para integralização da respectiva Chamada de Capital.

9.29. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Cotista de aportar recursos no **FUNDO** até a data especificada na Chamada de Capital, não sanada nos prazos previstos no item abaixo, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Cotista Inadimplente, as quais serão aplicadas pelo **ADMINISTRADOR**:

- (i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembleias Gerais de Cotistas; e/ou (b) alienação ou transferência das suas Cotas; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do **FUNDO**, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento de despesas decorrentes da contratação de empréstimo de que trata o item 3.27 deste Regulamento; e
- (ii) direito de alienação das Cotas, integralizadas ou não integralizadas, detidas pelo Cotista Inadimplente a qualquer terceiro, podendo ou não ser Cotista, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao **FUNDO**, observado o direito de preferência previsto neste Regulamento.

9.30. As consequências referidas no item 9.29 acima somente poderão ser exercidas pelo **ADMINISTRADOR** caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Cotista Inadimplente no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, na hipótese do inciso “(i)” acima, ou de até 30 (trinta) dias corridos, na hipótese do inciso “(ii)” acima, a contar da data final para aporte de recursos especificada na notificação de Chamada de Capital.

9.31. Qualquer débito com mais de 5 (cinco) dias de atraso do Cotista Inadimplente perante o **FUNDO** será atualizado, a partir da data especificada para pagamento na notificação de Chamada de Capital até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa não compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito corrigido e juros moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito corrigido.

9.32. Caso o Cotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, tal Cotista Inadimplente terá seu direito de voto nas Assembleias Gerais de Cotistas plenamente restituído e passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do **FUNDO**, a título de amortização de suas Cotas.

9.33. Se o **ADMINISTRADOR** realizar amortização de Cotas aos Cotistas enquanto o Cotista Inadimplente for titular de Cotas, os valores referentes à amortização devida ao Cotista Inadimplente serão utilizados pelo

ADMINISTRADOR para o pagamento dos débitos do Cotista Inadimplente perante o **FUNDO**, sendo efetuado o desconto proporcional no valor das Cotas do Cotista Inadimplente, no mesmo valor da respectiva amortização. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Cotista Inadimplente, a título de amortização de suas Cotas.

Cessão e Negociação de Cotas

9.34. Sem prejuízo do disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, mediante prévia autorização do **GESTOR** e a seu exclusivo critério, as Cotas do **FUNDO** poderão ser negociadas em mercado secundário, no Módulo de Fundos – SF, operacionalizado pela B3, cabendo ao intermediário, nestes casos, assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por Investidores Qualificados observadas as restrições de negociação eventualmente aplicáveis previstas na regulamentação vigente.

9.35. As Cotas do **FUNDO** poderão ainda ser negociadas e transferidas privadamente, desde que observadas as condições descritas neste Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário (com firma reconhecida ou com abono do **ADMINISTRADOR**), sendo que as Cotas do **FUNDO** somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, todas as obrigações do cedente perante o **FUNDO** no tocante à sua integralização. O termo de cessão deverá ser encaminhado pelo cessionário ao **ADMINISTRADOR**, que atestará o recebimento do termo de cessão, encaminhando-o ao escriturador das Cotas para que só então seja procedida a alteração da titularidade das Cotas nos respectivos registros do **FUNDO**, tendo a citada alteração, como data base, a data de emissão do recibo do termo de cessão pelo **ADMINISTRADOR**.

9.36. A transferência da titularidade das Cotas do **FUNDO** fica condicionada à verificação, pelo **ADMINISTRADOR**, do atendimento aos requisitos constantes no Regulamento e na regulamentação vigente.

X. DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e proventos de qualquer natureza

10.1. Todo e qualquer valor recebido pelo **FUNDO** a título de rendimento ou proventos de qualquer natureza serão incorporados ao patrimônio do **FUNDO**, exceto no caso de valores recebidos em decorrência da alienação de ativos de emissão da Sociedade Investida, os quais, descontada a quantia reservada para o pagamento de despesas atuais e futuras do **FUNDO**, serão destinados à amortização das Cotas, observado o disposto no Capítulo VI deste Regulamento.

Amortização de Cotas

10.2. O **ADMINISTRADOR** poderá, a qualquer tempo, considerando as recomendações do **GESTOR**, realizar amortizações das Cotas do **FUNDO**, mediante o pagamento uniforme a todos os Cotistas de parcela do valor de suas Cotas, sem redução do número de Cotas emitidas.

10.3. A amortização de Cotas poderá, a critério do **GESTOR**, se dar em moeda corrente nacional ou em títulos e valores mobiliários, neste último caso pelos respectivos valores de avaliação do ativo na Carteira.

10.4. O Cotista Inadimplente poderá ter a amortização a que fizer jus compensada com os débitos existentes com o **FUNDO**, até o limite de seus débitos.

Resgate de Cotas

10.5. Não haverá resgate de Cotas do **FUNDO**, exceto quando da sua liquidação.

XI. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AVALIAÇÃO DA CARTEIRA

Demonstrações Contábeis

11.1. O **FUNDO** terá escrituração contábil própria, devendo as suas aplicações, contas e demonstrações contábeis ser segregadas das do **ADMINISTRADOR**, bem como do Custodiante e do depositário, caso este venha a ser contratado.

11.2. O exercício social do **FUNDO** tem duração de 12 (doze) meses, tendo início em 1º de abril e término no último dia de março de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações contábeis do **FUNDO** relativas ao período findo.

11.3. As demonstrações contábeis do **FUNDO** observarão as normas aplicáveis à sua elaboração e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, contratado a critério do **ADMINISTRADOR**, conforme aprovado previamente pelo **GESTOR**.

Metodologia de avaliação da Carteira

11.4. Para efeito da determinação do valor da Carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos no Manual de Marcação a Mercado do Custodiante, disponível em www.apexgroup.com/apex-brazil, observado o disposto na Instrução CVM 579.

(i) O valor justo dos ativos do **FUNDO**, conforme previsto na Instrução CVM 579, será obtido por meio de laudo de avaliação elaborado por uma empresa de auditoria independente que venha a ser contratada pelo **ADMINISTRADOR**, conforme orientação do **GESTOR**, para a prestação de tais serviços, dentre as seguintes opções: (i) PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda.; (ii) KPMG Auditores Independentes Ltda.; (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Limited; ou (iv) Ernst & Young Global Limited anualmente; pelo **ADMINISTRADOR**, conforme aprovado previamente pelo **GESTOR**.

Classificação Contábil do FUNDO

11.5. O **FUNDO** será inicialmente classificado como “entidade de investimento”.

11.6. Caso o **FUNDO** se desqualifique como entidade de investimento, a qualquer tempo, o **ADMINISTRADOR** deve contabilizar a mudança em sua condição prospectivamente a partir da data em que a mudança tiver ocorrido, bem como tomar as medidas necessárias para divulgação de fato relevante aos Cotistas e à CVM, devendo alterar este Regulamento, por ato unilateral do **ADMINISTRADOR**, com o objetivo de adequar sua redação à nova classificação contábil do **FUNDO**, como medida de transparência aos Cotistas.

11.7. O **ADMINISTRADOR**, sem se eximir de suas responsabilidades pela elaboração das demonstrações contábeis do **FUNDO**, pode utilizar informações do **GESTOR** ou de terceiros independentes, conforme previsto na regulamentação em vigor, para efetuar a classificação contábil do **FUNDO**.

XII. DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Procedimento para liquidação do FUNDO

12.1. O **FUNDO** entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua eventual prorrogação, bem como nos casos de liquidação antecipada previstos neste Regulamento.

12.2. Observado o item 2.10 acima, quando da liquidação do **FUNDO**, o **ADMINISTRADOR** deverá iniciar a divisão do Patrimônio Líquido do **FUNDO** entre os Cotistas, proporcionalmente às suas participações no **FUNDO**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do término do Prazo de Duração, de sua prorrogação ou da deliberação de liquidação antecipada, conforme previsto neste Regulamento.

12.3. Observado o item 2.10 acima, uma vez iniciados os procedimentos de liquidação, o **ADMINISTRADOR** fica autorizado a, de modo justificado, prorrogar o prazo acima previsto nas seguintes hipóteses: (i) no caso da liquidez da Carteira ser incompatível com o prazo previsto para sua liquidação; (ii) no caso da existência de obrigações ou direitos de terceiros em relação ao **FUNDO** ainda não prescritos; (iii) no caso da existência de ações judiciais pendentes em que o **FUNDO** figure no polo ativo ou passivo; ou (iv)

no caso de decisões judiciais que impeçam o resgate da Cota pelo seu respectivo titular.

12.4. Após a divisão do Patrimônio Líquido do **FUNDO** entre os Cotistas o **ADMINISTRADOR** deverá promover o encerramento do **FUNDO**, devendo encaminhar à CVM a documentação pertinente no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data em que os recursos forem disponibilizados aos Cotistas, bem como praticar todos os atos necessários ao seu encerramento perante quaisquer autoridades.

12.5. Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao **FUNDO**.

12.6. Por ocasião da liquidação do **FUNDO**, o **ADMINISTRADOR** promoverá os atos elencados abaixo, na ordem a ser determinada pelo **GESTOR**:

- (i) o rateio dos títulos ou valores mobiliários integrantes da Carteira entre os Cotistas, na estrita proporção das Cotas por eles detidas, observado o disposto na regulamentação em vigor;
- (ii) o rateio de outros ativos integrantes da Carteira entre os Cotistas, conforme determinação da Assembleia Geral de Cotistas, que deverá estabelecer os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos, observado o disposto na regulamentação em vigor; e
- (iii) a realização dos demais investimentos do **FUNDO**, mediante sua alienação por meio de transações privadas, bolsa de valores ou mercado de balcão, resgate de aplicações financeiras ou outras formas, sendo que o produto resultante será entregue aos Cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas.

12.7. Nos termos do Artigo 126, §1º da parte geral da Resolução CVM 175, no caso de a liquidação se dar por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, a assembleia em questão deverá deliberar, no mínimo, sobre: (i) o plano de liquidação elaborado pelo **ADMINISTRADOR** e pelo **GESTOR**, do qual deverá constar uma estimativa a respeito da forma de pagamento dos resgates e um cronograma tentativo de pagamentos; e (ii) o tratamento a ser conferido aos direitos e obrigações dos Cotistas que não puderam ser contatados quando da convocação da assembleia.

12.8. O plano de liquidação de que trata o item 12.7 acima, deverá considerar, entre outros elementos, (i) a existência de mercado secundário líquido para os ativos, (ii) as condições de mercado para o desinvestimento, (iii) a possibilidade de pagamento dos resgates com entrega de ativos da Carteira, e (iv) os prazos necessários para realização do desinvestimento.

XIII. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE RESULTADOS

Informações Periódicas

13.1. O **ADMINISTRADOR** deve enviar, por meios físicos ou eletrônicos e às expensas do **FUNDO**, aos Cotistas, à entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação e à CVM, as seguintes informações:

- (i) quadrimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do quadrimestre civil a que se referirem, as informações constantes no modelo do Suplemento L do Anexo Normativo IV;
- (ii) semestralmente, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem e com base no exercício social do **FUNDO**, a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; e
- (iii) anualmente, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas do **FUNDO** acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório do **ADMINISTRADOR**.

13.2. Caso as cotas do **FUNDO** sejam admitidas à negociação em bolsa de valores, tendo em vista que o **ADMINISTRADOR** pode não possuir o cadastro completo dos titulares, as notificações sobre a disponibilização das informações acima referidas serão feitas exclusivamente por meio de fato relevante.

Fatos Relevantes

13.3. O **ADMINISTRADOR** é obrigado a divulgar ampla e imediatamente (i) a todos os Cotistas, por meio de correspondência física ou eletrônica e por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, e (ii) para a entidade administradora de mercado organizado onde as Cotas estejam admitidas à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do **FUNDO** ou aos ativos integrantes de sua Carteira.

13.4. Considera-se relevante qualquer deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou do **ADMINISTRADOR**, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado ao **FUNDO** que possa influir de modo ponderável:

- (i) na cotação das Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter as Cotas; e
- (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular das Cotas ou de valores mobiliários a elas referenciados.

13.5. Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o **ADMINISTRADOR** entender que sua revelação põe em risco interesse legítimo do **FUNDO** ou da Sociedades Alvo.

13.6. O **ADMINISTRADOR** fica obrigado a divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese de a informação escapar do controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada das Cotas do **FUNDO**.

13.7. O **GESTOR** deve informar ao **ADMINISTRADOR** imediatamente qualquer ato ou fato relevante que tiver conhecimento.

13.8. A publicação de informações referidas neste Capítulo deve ser feita na página do **ADMINISTRADOR** (e, nas hipóteses exigidas pela regulamentação aplicável, do **GESTOR** e do distribuidor de Cotas) na rede mundial de computadores, bem como deve ser simultaneamente enviada ao mercado organizado em que as Cotas do **FUNDO** sejam admitidas à negociação e à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

XIV. DOS ENCARGOS DO FUNDO

14.1. Além da Taxa de Administração, da Taxa de Gestão e da Taxa de Performance, sem prejuízo dos encargos descritos no Artigo 117 da parte geral da Resolução CVM 175 e Artigo 28 do Anexo Normativo IV, constituem encargos do **FUNDO** as seguintes despesas que lhe podem ser debitadas diretamente:

- (i) emolumentos, encargos com empréstimos e comissões pagos por operações do **FUNDO**;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- (iii) despesas com registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas do **FUNDO**;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Cotistas;

- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do **FUNDO**;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao **FUNDO**, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do **FUNDO** entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do **FUNDO** e à realização de Assembleia Geral de Cotistas, reuniões de comitês ou conselhos do **FUNDO**, se houver, sem limitação de valores, as quais poderão ser alteradas por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (x) despesas com liquidação, registro, negociação e custódia de operações dos ativos do **FUNDO**;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive despesas de elaboração de laudos de avaliação, sem limitação de valores;
- (xii) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do **FUNDO**;
- (xiii) contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que o **FUNDO** tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (xiv) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às operações do **FUNDO** ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- (xv) despesas com a distribuição primária de Cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários (tais como taxa de registro junto à ANBIMA, taxa de fiscalização devida por conta da realização de oferta pública, taxa de abertura de conta e/ou registro de oferta de cotas junto à B3, remuneração do agente autônomo e do distribuidor das Cotas, despesas com cartório, despesas com o registro da oferta de Cotas junto à CVM, despesas com advogados, viagens, hospedagem e alimentação, taxas de estruturação/implantação cobradas pelos prestadores de serviços do **FUNDO** etc.), sem limitação de valor;
- (xvi) despesas com a manutenção do registro do **FUNDO** junto à ANBIMA;
- (xvii) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado;
- (xviii) os montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração, observado o disposto na Resolução CVM 175, sendo certo que tal montante será subtraído da remuneração devida ao **GESTOR**;
- (xix) os montantes devidos a gestoras de fundos investidores ou de carteiras de valores mobiliários que invistam no **FUNDO**, na hipótese de acordo de remuneração (rebate), observado o disposto na regulamentação aplicável, sendo certo que tal montante será subtraído da remuneração devida ao **GESTOR**;
- (xx) quaisquer despesas inerentes à constituição do **FUNDO**, sem limitação de valor, sendo certo que serão passíveis de reembolso ao **ADMINISTRADOR** e/ou ao **GESTOR** apenas as despesas que tenham

sido incorridas no prazo máximo de 1 (um) ano antes da data de registro do **FUNDO** junto à CVM e desde que devidamente comprovadas; e

- (xxi) despesas gerais de prospecção, identificação e avaliação de investimentos, e prospecção, identificação e avaliação de oportunidades de desinvestimento, inclusive (a) pagamentos de comissões de intermediários decorrentes de operações de desinvestimento; e (b) despesas com viagens, deslocamentos, hospedagens e refeições da equipe do **GESTOR**, desde que devidamente comprovadas.

14.2. Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO** correrão por conta do **ADMINISTRADOR**, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

14.3. O **ADMINISTRADOR** ou o **GESTOR** podem estabelecer que parcelas da Taxa de Administração ou Taxa de Gestão, respectivamente, sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviços que tenham sido contratados pelo **ADMINISTRADOR** ou pelo **GESTOR**, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração ou Taxa de Gestão, respectivamente, fixadas neste Regulamento.

XV. DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

15.1. Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria, e de outras matérias previstas em outros itens deste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

- (i) as demonstrações contábeis do **FUNDO** apresentadas pelo **ADMINISTRADOR**, acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 60 (sessenta) dias após o encaminhamento das demonstrações contábeis à CVM;
- (ii) a alteração deste Regulamento;
- (iii) a destituição ou substituição do **ADMINISTRADOR** e escolha de seu substituto;
- (iv) a destituição ou substituição do **GESTOR** e escolha de seu substituto;
- (v) a fusão, incorporação, cisão, transformação ou eventual liquidação do **FUNDO**;
- (vi) a emissão e distribuição de Novas Cotas acima do Capital Autorizado;
- (vii) o aumento da Taxa de Administração, da Taxa de Gestão, da Taxa de Performance, ou instituição de taxa de ingresso ou taxa de saída;
- (viii) a proposta de prorrogação do Prazo de Duração, do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento do **FUNDO**, consideradas as recomendações do **GESTOR**;
- (ix) a alteração do quórum de instalação e do quórum de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (x) a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do **FUNDO**;
- (xi) o requerimento de informações por parte dos Cotistas, observado o disposto no §1º do Artigo 26 do Anexo Normativo IV;
- (xii) a aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses entre o **FUNDO**, de um lado, e o **ADMINISTRADOR**, **GESTOR** e/ou Cotistas que representem, isolada ou conjuntamente, no mínimo, 10% (dez por cento) do total das Cotas subscritas do **FUNDO**, de outro lado;
- (xiii) a inclusão no rol de encargos do **FUNDO** de encargos não previstos no Artigo 117 da parte geral da Resolução CVM 175 e no Artigo 28 do Anexo Normativo IV ou no Capítulo XIV acima, ou aumento dos valores máximos estabelecidos para os encargos neste Regulamento, conforme aplicável;

- (xiv) aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados na integralização de Cotas de que trata o Artigo 20, § 6º do Anexo Normativo IV, o qual deverá ser elaborado nos termos da referida instrução; e
- (xv) a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação e de garantias reais, em nome do **FUNDO**.

15.2. Este Regulamento poderá ser alterado pelo **ADMINISTRADOR**, independentemente da deliberação da Assembleia Geral de Cotistas ou de consulta aos Cotistas, sempre que: (i) tal alteração decorrer da necessidade de atendimento a normas legais ou regulamentares, exigências expressas da CVM, de entidade administradora de mercados organizados onde as Cotas sejam admitidas à negociação ou de entidade reguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas; (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais do **ADMINISTRADOR** ou dos demais prestadores de serviços do **FUNDO**, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone, também devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas; e (iii) envolver redução da Taxa de Administração, da Taxa de Gestão ou da Taxa de Performance, por proposta do **GESTOR**, devendo ser providenciada a necessária comunicação aos Cotistas imediatamente.

Convocação e Instalação

15.3. A Assembleia Geral de Cotistas pode ser convocada a qualquer tempo pelo (i) **ADMINISTRADOR**, por iniciativa própria e consideradas as recomendações do **GESTOR** ou de Cotistas que representem, isolada ou conjuntamente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas subscritas do **FUNDO**, (ii) **GESTOR**, ou (iii) **CUSTODIANTE**.

15.4. A solicitação de convocação de Assembleia Geral de Cotistas por Cotistas nos termos do item 15.3 acima deve: (i) ser dirigida ao **ADMINISTRADOR**, que deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias contado do recebimento de tal solicitação, realizar a convocação da Assembleia Geral de Cotistas às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral de Cotistas assim convocada deliberar em contrário; e (ii) conter eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto na respectiva Assembleia Geral de Cotistas.

15.5. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante comunicação a ser encaminhada a cada Cotista por meio de fac-símile ou correio eletrônico, e dela constarão, obrigatoriamente, data, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas, bem como a respectiva ordem do dia.

15.6. As convocações da Assembleia Geral de Cotistas deverão ser feitas com 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a sua realização.

15.7. O **ADMINISTRADOR** e/ou **GESTOR** disponibilizará aos Cotistas todas as informações e documentos necessários ao exercício do direito de voto, na data de convocação da Assembleia Geral de Cotistas.

15.8. A Assembleia Geral de Cotistas será instalada com a presença de qualquer número de Cotistas e, independentemente de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

15.9. Somente podem comparecer e votar na Assembleia Geral de Cotistas, os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data da convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos.

15.10. Tendo em vista o disposto no item anterior, os Cotistas titulares de Cotas que tenham sido negociadas no período compreendido entre a data da convocação e a data da realização da Assembleia Geral de Cotistas ficarão impedidos de votar em referida Assembleia Geral de Cotistas.

15.11. O Cotista deve exercer o direito de voto no interesse do **FUNDO**, não podendo votar nas Assembleias Gerais de Cotistas e nem fazer parte do cômputo para fins de apuração do quórum de aprovação:

- (i) o **ADMINISTRADOR** e o **GESTOR**;
- (ii) os sócios, diretores e funcionários do **ADMINISTRADOR** e **GESTOR**;
- (iii) empresas consideradas Partes Relacionadas ao **ADMINISTRADOR**, ao **GESTOR**, seus sócios, diretores e funcionários;
- (iv) os prestadores de serviços do **FUNDO**, seus sócios, diretores e funcionários;
- (v) o Cotista de cujo interesse seja conflitante com o do **FUNDO** ou Subclasse no que se refere à matéria em votação; e
- (vi) o Cotista, na hipótese de deliberação relativa a laudos de avaliação de bens de sua propriedade que concorram para a formação do patrimônio do **FUNDO**.

15.12. Não se aplica a vedação prevista no item 15.11 acima quando:

- (i) os únicos Cotistas do **FUNDO** forem as pessoas mencionadas no item 15.11 acima;
- (ii) houver aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas, manifestada na própria Assembleia Geral de Cotistas, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à Assembleia Geral de Cotistas em que se dará a permissão de voto; ou
- (iii) as pessoas indicadas no item 15.11 acima estejam atuando na qualidade de administrador ou gestor de fundo de investimento que seja Cotista, desde que a orientação de voto do referido Cotista tenha sido aprovada por seus cotistas, reunidos em Assembleia Geral de Cotistas convocada para tal finalidade.

15.13. O Cotista deve informar ao **ADMINISTRADOR** e aos demais Cotistas as circunstâncias que possam impedi-lo de exercer seu voto, nos termos do disposto no item 15.12 acima, sem prejuízo do dever de diligência do **ADMINISTRADOR** em buscar identificar os Cotistas que estejam nessa situação.

Deliberações

15.14. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas, a cada Cota subscrita será atribuído o direito a um voto.

15.15. Exceto quando expressamente previsto em contrário, as deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas serão tomadas pela maioria dos votos das Cotas subscritas presentes, excluídos os votos dos Cotistas conflitados ou de qualquer outra forma impedidos de participar da votação, nos termos deste Regulamento ou da regulamentação aplicável.

15.16. Estão sujeitas à aprovação de Cotistas titulares da maioria das Cotas subscritas as matérias descritas nos incisos “(ii)”, “(iv)”, “(v)”, “(vi)”, “(vii)”, “(viii)”, “(x)”, “(xi)”, “(xii)”, “(xiii)” e “(xiv)” do item 15.1 acima.

15.17. Depende da aprovação de Cotistas que representem, no mínimo, dois terços das Cotas subscritas a matéria descrita no inciso “(xv)” do item 15.1 acima.

15.18. A destituição do **GESTOR**, com Justa Causa, nos termos do inciso “(iv)” do item 15.1 acima, deverá ser aprovada por Cotistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Cotas subscritas do **FUNDO**.

15.19. A destituição do **GESTOR**, sem Justa Causa, por vontade exclusiva dos Cotistas, nos termos do inciso “(iv)” do item 15.1 acima, deverá ser aprovada por Cotistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Cotas subscritas do **FUNDO**.

15.20. Na hipótese de substituição do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR**, nos termos dos incisos “(iii)” e “(iv)” do item 15.1 acima, especificamente nas situações em que os mesmos venham a renunciar às suas funções, a escolha dos seus substitutos deverá ser aprovada por Cotistas que representem, no mínimo, a maioria das Cotas subscritas.

15.21. A alteração (i) do Regulamento nos termos do inciso “(ii)” do item 15.1, ou (ii) de quórum de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas nos termos do inciso “(ix)” do item 15.1, dependerá da aprovação de Cotistas que representem, no mínimo, a maioria das Cotas subscritas, ou o mesmo quórum da matéria subjacente, o que for maior.

15.22. Além dos votos proferidos durante a realização da Assembleia Geral de Cotistas, serão considerados votos válidos aqueles enviados pelos Cotistas, por meio de comunicação escrita, assinada pelos representantes dos Cotistas devidamente constituídos, desde que recebida pelo **ADMINISTRADOR** até 1 (um) Dia Útil antes da Assembleia Geral de Cotistas, observado o disposto neste Regulamento.

15.23. As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas poderão ser tomadas mediante processo de consulta formal, formalizada por escrito, dirigida pelo **ADMINISTRADOR** a cada Cotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

15.24. Em caso de deliberação mediante consulta formal, para fins de cálculo de quórum de deliberação, serão considerados presentes todos os Cotistas, sendo que a aprovação da matéria objeto da consulta formal obedecerá aos mesmos quóruns de aprovação previstos neste Regulamento.

15.25. A resposta à consulta deverá se dar dentro de 17 (dezessete) dias corridos e a ausência de resposta neste prazo será considerada como desaprovação pelo Cotista à consulta formulada.

15.26. Será admitida a realização de Assembleia Geral de Cotistas por meio de conferências telefônicas e vídeo conferências, não excluída a obrigatoriedade de elaboração da ata da reunião, com descrição da ordem do dia e dos assuntos deliberados, bem como a formalização dos votos dos Cotistas encaminhado por meio físico ou eletrônico nos termos previstos no respectivo Edital de Convocação.

15.27. Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da Assembleia Geral de Cotistas não têm direito a voto, nos termos previstos no Compromisso de Investimento e deste Regulamento.

XVI. TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL

16.1. O disposto neste Capítulo foi elaborado com base nas regras e regulamentação vigentes e produzindo efeitos na data da elaboração deste Regulamento, e tem por objetivo descrever de forma sumária o tratamento tributário aplicável em regra aos Cotistas e ao **FUNDO**, caso cumpridas todas as condições previstas na regulamentação aplicável, na Lei nº 14.754/2023 e na Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006 (“**Lei nº 11.312/2006**”), no que for aplicável, e a classificação do FUNDO como entidade de investimento, conforme definição da legislação e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”) nº 5.111, de 21 de dezembro de 2023 (“**Resolução CMN nº 5.111/2023**”), não se aplicando aos Cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação e regulamentação em vigor.

16.2. O não atendimento de quaisquer das condições e requisitos previstos na legislação aplicável e na regulamentação da CVM e do CMN podem implicar a alteração significativa do tratamento tributário aplicável aos Cotistas.

16.3. Existem exceções (inclusive relativas à natureza ou ao domicílio do investidor) em relação ao tratamento tributário descrito abaixo e tributos adicionais que podem ser eventualmente aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no **FUNDO**. Os Cotistas não devem considerar unicamente os comentários aqui contidos para fins de avaliar o tratamento tributário de seu investimento, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica a qual estarão sujeitos.

Tributação do Fundo

16.4. De acordo com a Lei nº 14.754/23, as operações da carteira do **FUNDO** são isentas do Imposto sobre a Renda ("IR") e estão, conforme o Decreto nº 6.306/07 (RIOF), sujeitas ao Imposto sobre Operações Financeiras, na modalidade de Títulos e Valores Mobiliários ("**IOF/TVM**"), à alíquota zero. Ressalta-se que a alíquota do IOF/TVM pode ser majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia, relativamente a operações ocorridas após este eventual aumento.

16.5. Caso o **FUNDO** seja qualificado como entidade de investimento, nos termos da legislação e da regulamentação do CMN (atualmente, contida na Resolução CMN nº 5.111/2023), e respeite o regramento previsto na Lei nº 14.754/23, seus Cotistas ficarão sujeitos ao regime específico de tributação não sujeitos à tributação periódica.

Tributação dos Cotistas

16.6. Para os Cotistas residentes para fins fiscais no Brasil, os rendimentos auferidos na amortização ou no resgate das cotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do **FUNDO**, ficam sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou resgate e o custo de aquisição das Cotas. No caso de Cotistas pessoas físicas, os ganhos auferidos na alienação de Cotas serão tributados pelo IR à alíquota de 15% (quinze por cento), sob a sistemática de ganhos líquidos no caso de operação realizada em bolsa e sob a sistemática de apuração de ganhos de capital no caso de operações realizadas fora de bolsa. No caso de Cotistas pessoas jurídicas, os ganhos serão tratados como ganhos líquidos nas operações dentro e fora de bolsa. O IRRF será considerado antecipação do devido na declaração, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado e, nos demais casos, será considerado tributação exclusiva.

16.7. Para Cotistas que não sejam residentes para fins fiscais no Brasil ("**Cotistas INR**") e que invistam nos mercados financeiro e de capitais brasileiros por meio da Resolução Conjunta do Banco Central do Brasil e da CVM nº 13, de 03 de dezembro de 2024 ("**Cotista INR**"), aplica-se o tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição com tributação favorecida ("**JTF**").

16.8. Os rendimentos auferidos pelos Cotistas INR na amortização ou no resgate das cotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do **FUNDO**, bem como os ganhos de capital auferidos em operações fora de bolsa, desde que não residentes em JTF, como regra ficam sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou resgate e o custo de aquisição das Cotas.

16.9. Os ganhos auferidos pelos Cotistas INR nas alienações de cotas em operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, sujeitam-se à isenção do IRRF, desde que não residentes em JTF.

16.10. Não obstante, nos termos da legislação vigente, os Cotistas INR são elegíveis à alíquota de 0% (zero por cento) do IRRF, desde que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.312/2006, conforme alterada. Isto é, (i) o Cotista deve investir no País de acordo com o disposto na Resolução Conjunta BCB/CVM 13/2024; (ii) não sejam residentes em JTF; (iii) o **FUNDO** deve cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento estabelecidas pela CVM, que determinam atualmente que, ao menos, 90% (noventa por cento) do valor de seu Patrimônio Líquido esteja investido em ativos elegíveis incluindo, mas não apenas, ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; e o (iv) o **FUNDO** deve ser qualificado como entidade de investimento, nos termos da legislação e da regulamentação do CMN (atualmente, contida na Resolução CMN nº 5.111/2023).

16.11. Os Cotistas INR residentes em JTF, por outro lado, sujeitam-se ao mesmo tratamento tributário aplicável aos Cotistas residentes para fins fiscais no Brasil. Sem prejuízo da regra geralmente aplicável aos Cotistas INR residentes em JTF, nos termos da alteração promovida pela Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, a alíquota zero do IRRF também se aplica aos fundos soberanos, ainda que residentes em JTF. São considerados como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto de recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país.

16.12. Nos termos da legislação vigente, JTF são aqueles países ou jurisdições que (i) não tributam a renda ou que a tributam à alíquota máxima inferior a 17%, conforme a Lei nº 9.430/96 (com alterações promovidas pela Lei nº 14.596, de 14 de junho de 2023 (“**Lei nº 14.596/23**”), com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024 (até 31 de dezembro de 2023, a alíquota máxima inferior era de 20%) ou (ii) cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, ou à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes. Alterações recentes promovidas pelo Decreto nº 12.226, de 18 de outubro de 2024, ainda estabelecem que o Poder Executivo poderá afastar, excepcionalmente, a qualificação como JTF ou Regime Fiscal Privilegiado (“**RFP**”) nos casos de países que fomentem de forma relevante o desenvolvimento nacional por meio de investimentos significativos no Brasil.

16.13. O IOF/TMV incidente nos resgates e alienações ocorridos em prazo inferior a 30 (trinta) dias da data de aplicação no **FUNDO** podem sofrer a tributação pelo IOF/TVM, conforme alíquotas previstas na tabela decrescente em função do prazo, conforme constante do anexo ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007. A partir do 30º (trigésimo) dia de aplicação, o IOF/TVM incide à alíquota zero. Ressalta-se que a alíquota do IOF/TVM pode ser alterada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

16.13.1. O IOF na modalidade de câmbio (“**IOF/Câmbio**”) incidente nas operações de compra e venda de moeda estrangeira conduzidas por Cotistas INR, independentemente da jurisdição de residência para fins fiscais, desde que vinculadas às aplicações no **FUNDO**, estão sujeitas atualmente ao IOF/Câmbio à alíquota zero. Ressalta-se que a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

XVII.DA SOLUÇÃO DE DISPUTAS

17.1. Os Cotistas, o **ADMINISTRADOR** e o **GESTOR** obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia (“Disputa”) que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação e violação das disposições contidas neste Regulamento e nas normas aplicáveis aos fundos de investimento em participações, observado o que dispuser este Capítulo.

17.2. A Disputa será resolvida por arbitragem, mediante solicitação por escrito de uma das partes envolvidas. Tal arbitragem deverá ser administrada pela CAM-B3 e será realizada na cidade e Estado de São Paulo, de acordo com a legislação aplicável no Brasil e as regras em vigor da referida câmara.

17.3. O procedimento arbitral deverá ser conduzido por um tribunal a ser constituído por 3 (três) árbitros. Cada parte terá o direito de indicar um árbitro, e o terceiro árbitro será indicado conjuntamente pelos dois árbitros anteriormente indicados. No caso de alguma das partes não ser capaz de nomear um árbitro, ou caso não haja um consenso com relação à indicação de um terceiro árbitro, bem como qualquer dúvida, controvérsia ou omissão relacionada à indicação de qualquer árbitro, tal incapacidade, ausência de consenso, dúvida, controvérsia ou omissão deverá ser decidida e resolvida pelo Centro de Arbitragem da BM&F Bovespa, de acordo com as regras então vigentes.

17.4. De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada (“Lei nº 9.307/96”), os árbitros deverão resolver a disputa de acordo com os termos deste Regulamento e das leis aplicáveis no Brasil.

17.5. A arbitragem deverá ser realizada em português.

17.6. A sentença arbitral vinculará as Partes como decisão final e não estará sujeita a recurso ou a revisão pelo Poder Judiciário, considerando, no entanto, as solicitações para esclarecimentos previstas no Artigo 30 da Lei nº 9.307/96.

17.7. A recusa em se sujeitar à sentença arbitral será considerada como inadimplemento das obrigações deste Regulamento e ensejará à parte prejudicada com o descumprimento da sentença arbitral de pleitear o pagamento de penalidade de 10% (dez por cento) sobre o valor de discussão, sem prejuízo do cumprimento da obrigação objeto da decisão arbitral.

17.8. As partes envolvidas em uma Disputa não estão impedidas de acessar o Poder Judiciário para a obtenção de medidas cautelares ou liminares ou qualquer outro remédio que não possa ser obtido no âmbito da arbitragem, inclusive, mas sem limitação, à execução específica prevista nos Artigos 497, 498 e 501 e seguintes do Código de Processo Civil, na medida em que tais medidas forem essenciais para a tutela de quaisquer direitos das partes nos termos do presente Regulamento. A autorização do acesso ao Poder Judiciário para obtenção das medidas objeto deste item não conflita com a eleição da arbitragem como meio de solução de controvérsias advindas do presente Regulamento, nem deverá ser considerada uma dispensa referente ao seu cumprimento, observando-se o disposto nos Artigos 22-A e 22-B da Lei nº 9.307/96. Uma vez constituído o tribunal arbitral, deverá esse analisar eventuais tutelas concedidas pelo Poder Judiciário e decidir por mantê-las ou revogá-las, a seu exclusivo critério.

17.9. Fica eleito pelas partes o foro da cidade e Estado de São Paulo, com a exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para execução da sentença arbitral ou obtenção de tutelas de urgência.

17.10. As partes envolvidas em uma Disputa não poderão utilizar o acesso extraordinário ao Poder Judiciário previsto no item 17.8 acima para obter finalidade diferente da formalmente pretendida ou para tumultuar a administração da Sociedade Investida, especialmente por meio da propositura de ação judicial de exibição de documentos de propriedade da Sociedade Investida e de ação judicial de prestação de contas da Sociedade Investida.

XVIII. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

18.1. Os Cotistas, o **ADMINISTRADOR** e o Custodiante deverão manter sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, as informações e/ou documentos referentes aos investimentos e operações do **FUNDO**, exceto nas hipóteses em que quaisquer das informações sejam reveladas, utilizadas ou divulgadas por qualquer Cotista, pelo **ADMINISTRADOR** ou pelo Custodiante:

- (i) com o consentimento prévio e por escrito do **GESTOR**; ou
- (ii) se obrigado por lei, ordem judicial e/ou administrativa expressa, inclusive da CVM, sendo que nesta última hipótese, o **ADMINISTRADOR** e o **GESTOR** deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

XIX. DISPOSIÇÕES GERAIS

Sucessão dos Cotistas

19.1. Em caso de morte ou incapacidade de Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá as obrigações, perante o **FUNDO**, que cabiam ao *de cujus* ou ao incapaz, observadas as prescrições legais.

Indenização

19.2. Em conformidade com as leis do Brasil, incluindo o Código Civil, o **FUNDO** indenizará e manterá indene cada uma das Partes Indenizáveis de e contra todas e quaisquer reivindicações, responsabilidades, julgamentos, despesas, perdas e danos (incluindo, entre outros, quaisquer valores pagos para o cumprimento de decisões judiciais, acordos, multas e outros custos incorridos na defesa de qualquer possível processo judicial futuro, procedimento arbitral ou administrativo) que possa ser sofrido pela Parte Indenizável, contanto que: (i) essas reivindicações, responsabilidades, julgamentos, despesas, perdas e danos (incluindo, entre outros, quaisquer valores pagos para o cumprimento de decisões judiciais, acordos, multas e outros

custos incorridos na defesa de qualquer possível processo judicial futuro, procedimentos arbitrais e administrativos) decorram das, ou sejam relacionados às atividades do **FUNDO**; (ii) as perdas e danos não tenham surgido unicamente como resultado (a) da má conduta intencional, negligência ou fraude pela Parte Indenizável, conforme comprovado em decisão judicial não passível de recurso; ou (b) da violação substancial dos regulamentos obrigatórios emitidos pela CVM ou deste Regulamento, conforme comprovado em decisão administrativa ou judicial não passível de recurso; ou (c) de qualquer evento definido como Justa Causa.

- (i) Caso haja uma apólice de seguro cobrindo o risco da conduta praticada pela Parte Indenizável, essa Parte Indenizável poderá ser indenizada pelos custos e despesas incorridos, recebendo os pagamentos de acordo com essa apólice de seguros, antes de estar autorizada à indenização mencionada no item 19.2.

Forma de Comunicação

19.3. Observadas as regras previstas na Resolução CVM 175 em relação à divulgação de informações sobre o **FUNDO**, todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão realizadas (i) no site do ADMINISTRADOR (www.apexgroup.com/apex-brazil); (ii) no site do **GESTOR** (<https://ebcapital.com.br/>); (iii) por carta ou correio eletrônico; e/ou (iv) em plataforma ou outra forma de comunicação eletrônica.

19.4. Os Cotistas serão responsáveis por atualizar seus dados cadastrais com o **ADMINISTRADOR** sempre que necessário.

19.5. Caso o Cotista não tenha comunicado ao **ADMINISTRADOR** a alteração de seu endereço, seja para envio de correspondência por carta ou por meio eletrônico, o **ADMINISTRADOR** ficará exonerado do dever de prestar-lhe as informações previstas nas leis e normas aplicáveis, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

19.6. Para obtenção de outras informações acerca do FUNDO, esclarecimento de dúvidas ou reclamações, os Cotistas poderão entrar em contato com o ADMINISTRADOR, por meio do e-mail juridico.fip@apexgroup.com ou pelo telefone +55 (11) 0800-710-0025.

Lei Aplicável

19.7. Este Regulamento deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

*_*_*

